

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 90006/SUB-IP/2026

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90006/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002393-0

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

DATA DA SESSÃO PÚBLICA DIA: 26/06/2026 ÀS 10:00H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

LOCAL: R. LINO COUTINHO, 444 - IPIRANGA SÃO PAULO - SP, 04207-000

ÍNDICE

PREÂMBULO

- 1. OBJETO**
- 2. DOS LOTES**
- 3. DOS VALORES ESTIMADOS E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
- 5. DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO**
- 6. DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 7. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**
- 8. DO CREDENCIAMENTO**
- 9. DA GARANTIA DA PROPOSTA**
- 10. DA VISTORIA TÉCNICA**
- 11. DA INVERSÃO DE FASES**
- 12. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 01**
 - 12.1 Habilitação Jurídica**
 - 12.2 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**
 - 12.3 Qualificação Econômico-Financeira**
 - 12.4 Qualificação Técnica – Empresa**
 - 12.5 Qualificação Técnica – Profissional**
 - 12.6 Declarações**
- 13. DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE Nº 02**
- 14. DA FORMA DE DISPUTA POR LOTES**
- 15. DOS LANCES E NEGOCIAÇÃO**
- 16. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**
- 17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**
- 18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
- 19. DA CONTRATAÇÃO**
- 20. DA GARANTIA CONTRATUAL**
- 21. DAS PENALIDADES**
- 22. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO**
- 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 24. DOS ANEXOS**

PREÂMBULO

A **SUBPREFEITURA IPIRANGA** e a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Autoridade Competente, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº **6039.2026/0002393-0**, tornam público que realizarão licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **PRESENCIAL**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, do **Decreto Municipal nº 62.100/2022**, da **Portaria SIURB nº 016/2023** e demais normas aplicáveis, observadas as condições estabelecidas neste Edital.

A adoção da forma presencial observa o disposto no art. 17, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Portaria SIURB nº 016/2023, considerando a necessidade de análise detalhada da documentação técnica, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, composições de custos e demais elementos relacionados à execução da obra, visando maior segurança procedimental e adequada condução da sessão pública.

A sessão pública será realizada:

DATA: 26/06/2026

HORÁRIO DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 09h30min – horário de Brasília/DF.

HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: 10H00MIN – HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF.

LOCAL: RUA LINO COUTINHO, 444 - IPIRANGA SÃO PAULO - SP, 04207-000

1. OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06**, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Memorial Descritivo, Relatório Fotográfico, Projeto Básico, Planilhas Orçamentárias, Cronogramas Físico-Financeiros e demais anexos integrantes deste Edital.

2. DOS LOTES

2.1 A presente licitação será dividida nos seguintes lotes:

LOTE 01 – REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA LUIS CARLOS FAUSTINO JR.

LOTE 02 – REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO NA RUA DEMOCRACIA.

LOTE 03 – REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO NA RUA DOMINGOS DISSEI.

LOTE 04 – REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO EM VIELA PRÓXIMA À RUA JEAN COUSIN.

LOTE 05 – REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO NA RUA ABAGIBA.

LOTE 06 – EXECUÇÃO DE PLAYGROUNDS NAS RUAS BARRETO MUNIZ, RUA DANÇA DO CAVAQUINHO E PRAÇA BRÁS GONÇALVES.

2.2 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**.

2.3 Cada licitante poderá apresentar proposta para um ou mais lotes, porém poderá ser declarada vencedora em apenas 01 (um) lote, observada a ordem de classificação e os critérios estabelecidos neste Edital.

2.3.1 A limitação de adjudicação a apenas 01 (um) lote por licitante tem por finalidade ampliar a competitividade do certame, fomentar a participação de pequenas e médias empresas, mitigar riscos de concentração contratual, assegurar maior eficiência administrativa na fiscalização simultânea das obras e reduzir riscos de inexecução contratual decorrentes da execução concomitante de múltiplos contratos pela mesma empresa.

2.4 Na hipótese de uma mesma licitante apresentar a melhor proposta para mais de um lote, será considerada vencedora apenas no lote de maior valor estimado, sendo automaticamente desclassificada dos demais lotes para fins de adjudicação, convocando-se as licitantes subsequentes, observada a ordem de classificação.

2.5 O prazo de execução será aquele previsto individualmente para cada lote, conforme cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos anexos ao presente Edital.

2.6 Os documentos técnicos de cada lote, incluindo Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Memorial Descritivo, Relatório Fotográfico, Projeto Básico, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro, integram o presente Edital para todos os fins de direito, independentemente de transcrição.

2.7 Os prazos máximos de execução dos serviços para cada lote serão os seguintes:

- A) Lote 01:** 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data fixada na Ordem de Início;
- B) Lote 02:** 120 (cento e vinte) dias, contados da data fixada na Ordem de Início;
- C) Lote 03:** 60 (sessenta) dias, contados da data fixada na Ordem de Início;
- D) Lote 04:** 90 (noventa) dias, contados da data fixada na Ordem de Início;
- E) Lote 05:** 90 (noventa) dias, contados da data fixada na Ordem de Início;
- F) Lote 06:** 60 (sessenta) dias, contados da data fixada na Ordem de Início.

2.8 O prazo de vigência contratual será de 24 (vinte e quatro) meses, equivalentes a 720 (setecentos e vinte) dias, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DOS VALORES ESTIMADOS E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 As despesas decorrentes da execução dos serviços objeto desta licitação onerarão as dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, observando-se, quando aplicável, o princípio da anualidade orçamentária.

3.2 O valor global máximo estimado da presente contratação importa em **R\$ 5.955.050,61 (cinco milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, cinquenta reais e sessenta e um centavos).**

3.3 Os valores máximos estimados por lote são os seguintes:

- **LOTE 01 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA LUIS CARLOS FAUSTINO JUNIOR, no valor máximo estimado de R\$ 2.796.429,39 (dois milhões, setecentos e noventa e seis mil, quatrocentos e vinte e nove reais e trinta e nove centavos).**
- **LOTE 02 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO NA RUA DEMOCRACIA, no valor máximo estimado de R\$ 1.431.153,92 (um milhão, quatrocentos e trinta e um mil, cento e cinquenta e três reais e noventa e dois centavos).**
- **LOTE 03 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO NA RUA DOMINGOS DISSEI, no valor máximo estimado de R\$ 294.104,28 (duzentos e noventa e quatro mil, cento e quatro reais e vinte e oito centavos).**
- **LOTE 04 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO, no valor máximo estimado de R\$ 499.459,43 (quatrocentos e noventa e nove mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e quarenta e três centavos).**
- **LOTE 05 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO NA RUA**

ABAGIBA, no valor máximo estimado de **R\$ 497.239,55 (quatrocentos e noventa e sete mil, duzentos e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)**.

- **LOTE 06 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO COM A EXECUÇÃO DE PLAYGROUNDS NA RUA BARRETO MUNIZ, RUA DANÇA DO CAVAQUINHO E PRAÇA BRÁS GONÇALVES, no valor máximo estimado de R\$ 436.664,04 (quatrocentos e trinta e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e quatro centavos).**

3.4 Os valores máximos unitários estimados encontram-se dispostos nas respectivas Planilhas Orçamentárias Referenciais anexas ao presente Edital.

3.5 Os preços deverão ser apresentados considerando a data-base prevista nas respectivas planilhas orçamentárias integrantes dos anexos técnicos do Edital.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA

4.1 Poderão participar da presente concorrência empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, deste Edital e de seus anexos.

4.2 Cada licitante poderá apresentar proposta para um ou mais lotes, observadas as regras previstas neste Edital.

4.3 A participação da licitante implica plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital, em seus anexos e na legislação aplicável.

4.4 Não poderão disputar esta licitação:

4.4.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

4.4.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.4.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;

4.4.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.4.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato;

4.4.6 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.4.7 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

4.4.8 Cooperativas, em razão da natureza do objeto e da necessidade de responsabilidade técnica direta, coordenação operacional contínua e execução especializada dos serviços de engenharia.

4.5 O impedimento de que trata o item 4.4.4 também será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção aplicada, inclusive sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovada fraude ou abuso da personalidade jurídica.

4.6 O disposto nos itens 4.4.2 e 4.4.3 não impede a licitação ou contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto executivo, nos casos legalmente admitidos. A vedação não compromete a competitividade do certame, tendo em vista a existência de empresas aptas a executar o objeto de forma individual, com capacidade técnica e econômico-financeira compatível com as exigências estabelecidas neste Edital.

5. DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

5.1 Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2 A vedação justifica-se em razão da natureza e da baixa complexidade técnica dos objetos licitados, tratando-se de serviços comuns de engenharia amplamente executados por empresas do ramo da construção civil, sem complexidade técnica extraordinária ou necessidade de conjugação de expertises distintas, não demandando a reunião de capacidades técnicas, operacionais ou econômico-financeiras de múltiplas empresas para sua adequada execução.

5.3 Os serviços previstos possuem escopo definido, metodologia executiva usual e quantitativos compatíveis com a capacidade operacional normalmente exigida das empresas especializadas no mercado, não apresentando características que possam restringir a competitividade ou exigir a formação de consórcios para ampliação da capacidade de execução.

5.4 Além disso, a admissão de consórcios poderia acrescentar complexidade desnecessária à gestão e fiscalização contratual, em razão da necessidade de acompanhamento das responsabilidades das empresas consorciadas, sem que tal medida represente benefício efetivo para a Administração ou ampliação da competitividade do certame.

5.5 Dessa forma, considerando a baixa complexidade das obras, a ampla disponibilidade de empresas aptas a executar integralmente os objetos licitados e a inexistência de fatores que justifiquem a reunião de empresas para atendimento das exigências técnicas e econômico-financeiras da contratação, conclui-se que a vedação à participação de consórcios não compromete a competitividade da licitação, ao mesmo tempo em que contribui para a simplificação da gestão contratual e para a eficiência administrativa, atendendo aos princípios da razoabilidade, eficiência, economicidade e interesse público.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

6.3 A subcontratação fica limitada a 30% (trinta por cento) do valor total do lote contratado.

6.4 A subcontratação não exclui a responsabilidade integral da CONTRATADA perante a Administração quanto à qualidade técnica dos serviços, cumprimento das obrigações contratuais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais responsabilidades decorrentes da execução contratual.

6.5 A eventual subcontratação dependerá de prévia análise e autorização da fiscalização contratual, devendo a CONTRATADA comprovar a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da subcontratada, quando solicitado pela Administração.

6.6 O contrato estabelecerá as demais regras e condições aplicáveis à subcontratação.

7. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

7.1 A presente licitação adotará a inversão de fases, nos termos do art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2 A documentação deverá ser apresentada em 02 (dois) envelopes opacos, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa:

- I.** Identificação da licitante;
- II.** Número da licitação;
- III.** Objeto da licitação;
- IV.** Identificação do respectivo envelope;
- V.** Número do Lote.

7.3 O **ENVELOPE Nº 01** deverá conter os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, conforme item 12 deste Edital.

7.4 O **ENVELOPE Nº 02** deverá conter a **PROPOSTA COMERCIAL**, conforme item 13 deste Edital.

7.5 Os documentos deverão estar rubricados e numerados sequencialmente, preferencialmente acondicionados em pasta com dois furos.

7.6 As empresas interessadas deverão apresentar, fora dos envelopes:

7.6.1 Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, conforme modelo constante dos anexos do Edital;

7.6.2 Facultativamente, carta de credenciamento do representante legal, conforme modelo constante dos anexos do Edital;

7.6.3 Declaração de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando aplicável.

7.7 Os envelopes deverão ser entregues na Coordenadoria de Administração e Finanças da Subprefeitura Ipiranga, situada na Rua Lino Coutinho, nº 444, Ipiranga, São Paulo/SP, até às 09h30min do dia 26/06/2026.

7.8 A sessão pública terá início às 10h00min do mesmo dia e local indicados no preâmbulo deste Edital.

7.9 Encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, será iniciada a sessão pública com a abertura do **ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO**.

7.10 Após a análise da documentação de habilitação e encerramento da fase recursal, será procedida a abertura do **ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL** das licitantes habilitadas.

7.11 A presente licitação adotará o modo de disputa aberto.

7.12 A entrega da documentação implicará plena aceitação, pela licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

8. CREDENCIAMENTO

8.1 Na sessão de abertura da licitação, que se realizará no local dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste Edital, as empresas participantes poderão se fazer representar por credenciamento, podendo ser:

A) **diretamente** por um diretor ou um de seus sócios, apresentando cópia autenticada do respectivo Contrato Social e da Ata de eleição da diretoria, quando aplicável;

B) **indiretamente** por meio de procuração ou de Carta de Credenciamento específica (**Anexo VI**), contendo poderes expressos para manifestação, formulação de lances, negociação, interposição e desistência de recursos e demais atos pertinentes ao certame.

8.2 A procuração ou carta de credenciamento deverá estar acompanhada do respectivo Contrato Social ou documento equivalente que comprove os poderes do outorgante.

8.3 Os documentos relativos ao credenciamento deverão ser apresentados à Comissão Permanente de Licitação no ato da entrega dos envelopes, juntamente com documento oficial de identificação com foto do representante.

8.4 Durante os trabalhos da sessão pública somente será permitida manifestação oral ou escrita do representante devidamente credenciado.

8.5 O representante legal ou credenciado responderá integralmente pelos atos praticados durante a sessão pública em nome da licitante.

8.6 A ausência de representante credenciado não impedirá a participação da licitante no certame, porém impossibilitará a formulação de lances verbais, negociação e manifestação imediata de intenção recursal.

9. GARANTIA DA PROPOSTA

9.1 A prestação da garantia da proposta, prevista no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá observar o disposto na Portaria SF nº 76/2019, Portaria SF nº 338/2021 e alterações posteriores.

9.2 A garantia da proposta corresponderá a 1% (um por cento) do valor estimado do lote ao qual a licitante apresentar proposta.

9.3 Na hipótese de participação em mais de um lote, a licitante deverá apresentar garantia correspondente à soma dos valores dos lotes disputados.

9.4 A garantia da proposta poderá ser prestada nas modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.5 Para garantia em dinheiro, a licitante deverá observar os procedimentos previstos na Portaria SF nº 76/2019 e alterações posteriores.

9.6 A garantia da proposta deverá ser apresentada juntamente com os documentos constantes do ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO.

9.7 A garantia da proposta deverá possuir validade mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública.

9.8 A garantia da proposta deverá conter, no mínimo:

- I – Identificação da empresa;
- II – CNPJ;
- III – endereço completo;
- IV – Número do processo administrativo;
- V – Número da concorrência;
- VI – Identificação do(s) lote(s) garantido(s);
- VII – valor da garantia;
- VIII – objeto da licitação;
- IX – Prazo de validade.

9.9 A garantia da proposta será devolvida aos licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, revogação, anulação ou declaração de fracasso da licitação, nos termos do §2º do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.10 Somente será válida a garantia que, após análise da Comissão Permanente de Licitação, atenda integralmente às exigências deste Edital e da legislação aplicável.

10. VISTORIA

10.1 Considerando as características do objeto e a necessidade de assegurar a adequada elaboração das propostas, será facultada aos licitantes a realização de vistoria técnica no local de execução dos serviços.

10.2 A vistoria tem por finalidade possibilitar aos interessados o conhecimento das condições reais do local, permitindo a identificação de aspectos que possam influenciar a execução da obra, tais como acessos, interferências, condições do entorno, restrições operacionais, logística de materiais e equipamentos e demais particularidades relevantes para a formação dos preços e planejamento dos serviços.

10.3 A vistoria, quando realizada, deverá ser efetuada pelo responsável técnico da empresa, devidamente habilitado, garantindo que a avaliação das condições locais seja realizada

por profissional com capacidade técnica para analisar os elementos necessários à execução do objeto.

10.4 A realização da vistoria é facultativa. Entretanto, o licitante deverá manifestar formalmente sua opção mediante apresentação da Declaração de Vistoria Técnica ou do Termo de Ausência de Vistoria Técnica, conforme modelos constantes dos anexos deste Edital, ambos assinados pelo responsável técnico da empresa.

10.5 O licitante que optar por não realizar a vistoria declara possuir pleno conhecimento das condições de execução dos serviços, assumindo integral responsabilidade pela elaboração de sua proposta, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições do local para justificar erros de orçamento, pleitos de acréscimos, reequilíbrio econômico-financeiro ou prorrogações de prazo.

10.6 A Declaração de Vistoria Técnica ou o Termo de Ausência de Vistoria Técnica deverão ser protocolados até 48 (quarenta e oito) horas úteis antes da sessão pública de abertura do certame, junto à Supervisão de Projetos e Obras da Subprefeitura Ipiranga.

10.7 A ausência da Declaração de Vistoria Técnica ou do Termo de Ausência de Vistoria Técnica será considerada descumprimento de exigência editalícia.

10.8 A exigência de manifestação formal do licitante busca conferir maior segurança ao procedimento licitatório, assegurar a adequada formação das propostas e reduzir riscos durante a execução contratual, em observância aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público.

11. INVERSÃO DE FASES

11.1 O presente certame adotará a inversão de fases prevista no art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, de modo que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas, lances e julgamento.

11.2 A adoção da inversão de fases justifica-se pela necessidade de prévia verificação da capacidade técnica, operacional e econômico-financeira das licitantes, considerando a natureza dos serviços de engenharia objeto da presente contratação.

11.3 A inversão de fases busca conferir maior segurança procedimental à Administração, especialmente quanto à análise da qualificação técnica das licitantes previamente à fase competitiva.

11.4 Encerrada a fase de habilitação e superada a fase recursal, será procedida a abertura das propostas comerciais apenas das licitantes habilitadas.

12. HABILITAÇÃO – ENVELOPE 01

O ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO, devidamente identificado, deverá conter os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e declarações, conforme exigências deste Edital.

12.1 Prova de **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, por meio dos seguintes documentos:

A) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

B) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, e alterações subsequentes, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

B.1) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

B.2) Arquivamento na Junta Comercial da publicação oficial das Atas de Assembleias Gerais, que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor, no caso de sociedades por ações, bem como Ata da Assembleia da última eleição de Diretoria;

C) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.2 Prova de **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**, por meio dos seguintes documentos:

- A)** Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- B)** Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
 - B.1)** Os interessados com sede em outro Município que tenham filial no Município de São Paulo deverão, também, comprovar inscrição no cadastro de contribuintes deste Município.
- C)** Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com prazo de validade em vigor, sendo aceito documento extraído via INTERNET.
- D)** Prova de inexistência de Débitos Trabalhistas, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- E)** Regularidade para com a Fazenda Nacional e situação de regularidade perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que deverão ser comprovadas mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e à Seguridade Social (CND).
- F)** Regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e quanto aos tributos relacionados com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de certidão expedida pelo órgão competente.
- G)** Regularidade perante a Fazenda Municipal de São Paulo, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos de Tributos Mobiliários.
 - G.1)** Na hipótese de não estar cadastrado como contribuinte neste Município, o licitante com sede fora do Município de São Paulo deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal da empresa, sob as penas da Lei, de não cadastramento e de inexistência de débitos perante a Fazenda do Município de São Paulo relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada, conforme Anexo IX.

12.2.1 Poderão ser aceitas certidões positivas com efeito de negativas ou cujos débitos estejam judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa por decisão judicial, conforme parágrafo único do art. 50 do Decreto nº 62.100/2022.

12.3 Prova de **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, por meio dos seguintes documentos:

- A)** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;
- B)** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.
 - b.1)** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
 - b.2)** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- C)** Apresentar declaração de Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Índice de Solvência Geral (ISG): superiores a 1 (um), conforme **Anexo XI**, comprovados mediante a

apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

1) Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante);

2) Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

3) Índice de Solvência Geral (ISG): (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

c.1) A declaração deverá ser assinada por profissional habilitado da área contábil, conforme § 1º, do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

D) Patrimônio Líquido com valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor do orçamento referencial.

12.4 Prova de **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - EMPRESA**, por meio dos seguintes documentos:

A) CERTIDÃO atualizada de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA/CONFEA e/ou Conselho competente, com prazo de validade em vigor;

B) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado e regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, com as seguintes características mínimas:

LOTE 01		
ITEM	QUANTIDADE	U N
ARMADURA EM AÇO CA-60 – TELA	5.973,84	KG
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B - INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO	444,91	Ton
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3	99,56	M3
FORNECIMENTO DE ESTRUTURA METÁLICA PARA COBERTURA	4.674,38	KG
REVITALIZAÇÃO DE QUADRA DE AREIA	QUALITATIVO	

LOTE 02		
ITEM	QUANTIDADE	U N
DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE CONCRETO ARMADO	72,78	M3
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B - INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO	206,98	Ton
ARMADURA EM AÇO CA-60 – TELA	4.366,91	KG
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3	72,78	M3
BRINQUEDÃO EM MADEIRA PLÁSTICA - 2 TORRES	1	UN
FP.01 - GRADIL DE FERRO PERFILADO, TIPO PARQUE	27,5	M

LOTE 03		
ITEM	QUANTIDADE	U N
DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE CONCRETO ARMADO	23,81	M3
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B - INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO	79,03	Ton

ARMADURA EM AÇO CA-60 – TELA	1.428,34	KG
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3	23,81	M3
EXECUÇÃO DE PAISAGISMO, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE PROJETO EXECUTIVO DE PAISAGISMO, MUDAS E TERRA PREPARADA PRA PLANTIO	QUALITATIVO	

LOTE 04		
ITEM	QUANTIDADE	U N
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B - INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO	76,07	Ton
ARMADURA EM AÇO CA-60 – TELA	1905,12	KG
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3	31,752	M3
ALAMBRADO	49,75	M2
BRINQUEDÃO EM MADEIRA PLÁSTICA	1	UN
PISO EMBORRACHADO	36	M2

LOTE 05		
ITEM	QUANTIDADE	U N
TAPUME METÁLICO COM TELHA METÁLICA, SEM PINTURA, TRAPEZOIDAL 40, ESP=0,43MM, COLUNAS, BASES E PARAFUSOS	88	M2
DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE CONCRETO ARMADO	23,48	M3
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B - INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO	81,495	Ton
ARMADURA EM AÇO CA-60 – TELA	1233	KG
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3	20,55	M3
RV.12 - PISO EMBORRACHADO PARA AMORTECIMENTO DE IMPACTO, ESPESSURA 2,5 CM OU SIMILAR QUE ATENDA ABSORÇÃO DE IMPACTO A QUEDA DE ALTURA DE 1,20M CONFORME NBR 16071	36	M2
PLAYGROUND CONJUGADO TIPO 3 - TAMANHO MÉDIO - PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 5 ANOS DE IDADE. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1	UN
FP.03 - ALAMBRADO PARA QUADRAS DE ESPORTE - GP.6/EDIF - TG/4,5M	30	M

LOTE 06		
ITEM	QUANTIDADE	U N
PISO EMBORRACHADO	120,2	M2
BRINQUEDAO EM MADEIRA PLASTICA	1	UN
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3	9,87	M3

C) Será admitido o somatório de atestados para comprovação dos quantitativos mínimos exigidos da LICITANTE e relativos à sua capacidade técnico-operacional para OS SERVIÇOS EXECUTADOS.

12.5 Prova de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – PROFISSIONAL, por meio dos seguintes documentos:

A) Apresentação de profissionais de nível superior, Engenheiro e/ou Arquiteto, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação, comprovando a experiência na execução dos serviços de maior relevância, definidos abaixo: Engenheiro civil ou arquiteto:

LOTE 01
ITEM
ARMADURA EM AÇO CA-60 - TELA
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B - INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3
FORNECIMENTO DE ESTRUTURA METÁLICA PARA COBERTURA
REVITALIZAÇÃO DE QUADRA DE AREIA

LOTE 02
ITEM
DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE CONCRETO ARMADO
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B - INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO
ARMADURA EM AÇO CA-60 - TELA
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3
BRINQUEDÃO EM MADEIRA PLÁSTICA - 2 TORRES
FP.01 - GRADIL DE FERRO PERFILADO, TIPO PARQUE

LOTE 03
ITEM
DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE CONCRETO ARMADO
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B - INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO
ARMADURA EM AÇO CA-60 - TELA
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3
EXECUÇÃO DE PAISAGISMO, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE PROJETO EXECUTIVO DE PAISAGISMO, MUDAS E TERRA PREPARADA PRA PLANTIO

LOTE 04
ITEM
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B - INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO
ARMADURA EM AÇO CA-60 - TELA

NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3
ALAMBRADO
BRINQUEDÃO EM MADEIRA PLÁSTICA
PISO EMBORRACHADO

LOTE 05
ITEM
TAPUME METÁLICO COM TELHA METÁLICA, SEM PINTURA, TRAPEZOIDAL 40
ESP=0,43MM, COLUNAS, BASES E PARAFUSOS
DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE CONCRETO ARMADO
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B - INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO
ARMADURA EM AÇO CA-60 - TELA
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3
RV.12 - PISO EMBORRACHADO PARA AMORTECIMENTO DE IMPACTO, ESPESSURA 2,5 CM OU SIMILAR QUE ATENDA ABSORÇÃO DE IMPACTO A QUEDA DE ALTURA DE 1,20M CONFORME NBR 16071
PLAYGROUND CONJUGADO TIPO 3 - TAMANHO MÉDIO - PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 5 ANOS DE IDADE. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO
FP.03 - ALAMBRADO PARA QUADRAS DE ESPORTE - GP.6/EDIF - TG/4,5M

LOTE 06
ITEM
PISO EMBORRACHADO
BRINQUEDAO EM MADEIRA PLASTICA
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3

B) O(s) profissional(is) indicado(s) no item anterior deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração

12.6 DECLARAÇÕES

12.6.1.1 Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

12.6.1.2 Que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgado ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

12.6.1.3 Que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.

12.6.1.4 Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, normas

infralegais, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

12.6.1.5 Que estão cientes das normativas previstas no art. 45 da Lei nº 14.133/2021.

12.6.1.6 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

12.6.1.7 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88

12.6.1.8 Que na composição societária não existe participação de dirigente e/ou empregados da entidade promotora da licitação.

12.6.1.9 Que os profissionais vinculados à empresa não participaram e não possuem responsabilidade pela elaboração dos projetos.

12.6.1.10 Que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.

12.6.1.11 Declaração de que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho.

12.6.1.12 A licitante poderá apresentar documentação única de habilitação para todos os lotes disputados, desde que os documentos atendam integralmente às exigências previstas neste Edital.

12.6.1.13 A qualificação técnica deverá observar as exigências específicas previstas para cada lote nos respectivos anexos técnicos.

12.6.2 Os documentos emitidos via Internet ficarão sujeitos à diligência a ser efetuada pela Comissão Permanente de Licitações, com o propósito da verificação da autenticidade das informações neles contidas.

12.6.3 A falta de data ou assinaturas nas declarações elaboradas pela própria licitante e na proposta poderá ser igualmente suprida pelo representante legal presente à sessão de abertura e julgamento, se comprovadamente possuir poderes para esse fim.

12.6.4 A documentação exigida poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada e/ou por publicação em órgão da imprensa oficial, sendo que nenhum documento será autenticado pela Comissão Permanente de Licitação.

12.6.5 Os documentos deverão estar com sua validade em vigor na data da abertura da sessão.

12.6.6 Toda e qualquer declaração emitida pela empresa deverá estar em papel timbrado da licitante, sendo a mesma datada e assinada por seu(s) representante(s) legal(is), devidamente qualificado(s).

12.6.7 Os documentos cujo prazo de validade não esteja especificado neste Edital ou em lei terão validade de 90 (noventa) dias da data de sua expedição.

12.6.7.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes.

13. PROPOSTA – ENVELOPE 02

13.1 O ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL deverá conter a proposta da licitante, observando integralmente as exigências constantes neste Edital e seus anexos.

13.2 A proposta comercial deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante, sem emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas, datada e assinada por seu representante legal, contendo:

- A)** Identificação completa da licitante;
- B)** Número do processo administrativo e da concorrência;
- C)** Identificação do(s) lote(s) ao(s) qual(is) a proposta se refere;

D) Valor global proposto para o respectivo lote, em moeda corrente nacional, expresso em algarismos e por extenso;

E) Planilha orçamentária devidamente preenchida;

F) Cronograma físico-financeiro compatível com o prazo de execução previsto para o respectivo lote;

G) Composição de BDI – Benefícios e Despesas Indiretas;

H) Indicação do prazo de validade da proposta, não inferior a 90 (noventa) dias contados da data da sessão pública;

I) Garantia da proposta, nos termos do item 9 deste Edital;

J) Declaração de que nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, transporte, seguros, tributos, taxas e demais despesas pertinentes.

13.3 A proposta deverá considerar integralmente as condições estabelecidas nos documentos técnicos anexos ao Edital, especialmente Termo de Referência, Memorial Descritivo, Projeto Básico, Relatório Fotográfico, Planilhas Orçamentárias e Cronogramas Físico-Financeiros.

13.4 Os preços ofertados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data-base do orçamento, observadas as hipóteses legais de reajustamento e reequilíbrio econômico-financeiro previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

13.5 As propostas serão analisadas quanto à compatibilidade dos preços ofertados com os valores estimados pela Administração e quanto à exequibilidade dos valores apresentados.

13.6 Serão desclassificadas as propostas que:

A) Contiverem vícios insanáveis;

B) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas constantes do Edital e anexos;

C) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

D) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

E) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanáveis.

13.7 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

13.8 Consideram-se inexequíveis as propostas que apresentem preços inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observadas as disposições do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.9 Na hipótese de participação em mais de um lote, a licitante deverá apresentar proposta individualizada para cada lote disputado.

13.10 A apresentação da proposta implica plena aceitação, pela licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

13.11 A falta de data e/ou assinatura na proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à sessão pública, desde que comprovadamente possua poderes para esse fim.

13.12 Após a abertura das propostas, não será admitida desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

14. DA FORMA DE DISPUTA POR LOTES

14.1 A presente licitação será realizada por lotes, conforme especificações constantes neste Edital e respectivos anexos técnicos.

14.2 O julgamento ocorrerá pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**.

14.3 Cada licitante poderá apresentar proposta para um ou mais lotes, observadas as regras previstas neste Edital.

- 14.4** A sessão pública observará a seguinte ordem procedimental:
- A)** abertura e análise dos documentos de habilitação;
 - B)** julgamento da habilitação das licitantes;
 - C)** fase recursal da habilitação, quando houver;
 - D)** abertura das propostas comerciais das licitantes habilitadas;
 - E)** classificação das propostas;
 - F)** etapa de lances;
 - G)** negociação;
 - H)** julgamento final das propostas.
- 14.5** A disputa de lances será realizada individualmente para cada lote, observando-se a ordem definida pela Comissão Permanente de Licitação durante a sessão pública.
- 14.6** Os lances deverão incidir sobre o valor global do respectivo lote.
- 14.7** Será considerada vencedora do lote a licitante que apresentar o menor preço global, desde que atendidas as exigências deste Edital e seus anexos.
- 14.8** Aplicam-se à presente disputa por lotes as regras de limitação de adjudicação previstas no item 2 deste Edital.
- 14.9** Encerrada a etapa de lances e negociação, a Comissão Permanente de Licitação procederá à análise da aceitabilidade e exequibilidade da proposta classificada em primeiro lugar para cada lote.
- 14.10** A Administração poderá promover diligências para análise da exequibilidade das propostas apresentadas, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. DOS LANCES E NEGOCIAÇÃO

- 15.1** Após a abertura das propostas comerciais das licitantes habilitadas e verificação de sua conformidade com as exigências previstas neste Edital e seus anexos, a Comissão Permanente de Licitação dará início à etapa competitiva de lances.
- 15.2** A etapa de lances ocorrerá de forma presencial, observando-se o modo de disputa aberto, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 15.3** A disputa será realizada individualmente para cada lote, observando-se a ordem definida pela Comissão Permanente de Licitação durante a sessão pública.
- 15.4** Os lances deverão ser formulados verbalmente pelos representantes devidamente credenciados das licitantes, incidindo sobre o valor global do respectivo lote.
- 15.5** Somente poderão participar da fase de lances as licitantes classificadas pela Comissão Permanente de Licitação após análise preliminar das propostas comerciais.
- 15.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e decrescentes, observando o horário fixado pela Comissão Permanente de Licitação durante a sessão pública.
- 15.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado para o respectivo lote.
- 15.8** O intervalo mínimo entre os lances deverá corresponder a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor estimado do respectivo lote, incidindo tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.
- 15.9** Não serão aceitos lances:
- A)** em desacordo com as especificações e regras deste Edital;
 - B)** de valor igual ou superior ao último lance ofertado pela própria licitante;
 - C)** manifestamente inexequíveis;
 - D)** apresentados por representante não credenciado.
- 15.10** A etapa de lances terá duração inicial máxima de 10 (dez) minutos, a contar da autorização do Presidente da Comissão Permanente de Licitação designado para condução da sessão, podendo ser prorrogada enquanto houver disputa de preços entre os licitantes.
- 15.11** Os licitantes presentes não serão obrigados a participar da fase de lances.

15.12 Caso a licitante não apresente lances ou esteja ausente durante a etapa competitiva, permanecerá concorrendo com o valor originalmente constante de sua proposta comercial.

15.13 A desistência em apresentar lance quando convocado pela Comissão Permanente de Licitação implicará a manutenção do último valor ofertado pela licitante para fins de classificação.

15.14 Todos os lances ofertados deverão ser registrados em ata da sessão pública.

15.15 Encerrada a etapa de lances, a Comissão Permanente de Licitação procederá à classificação provisória das propostas em ordem crescente de valores.

15.16 Após a classificação provisória, a Comissão Permanente de Licitação poderá negociar diretamente com a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, visando à obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 61 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 48 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

15.17 A negociação poderá abranger redução do valor ofertado, esclarecimentos sobre a proposta apresentada e adequação de planilhas, desde que não implique alteração do objeto licitado ou afronta ao princípio da isonomia entre os licitantes.

15.18 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.19 Terminadas as fases de lances e negociação, caso haja alteração dos valores inicialmente apresentados, a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar proposta comercial atualizada, planilha orçamentária atualizada e cronograma físico-financeiro atualizado, refletindo o valor final negociado.

15.20 A documentação prevista no item anterior deverá ser apresentada no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da solicitação formal da Comissão Permanente de Licitação, permanecendo válidos os demais documentos já apresentados.

15.21 Caso a licitante venha a solicitar prorrogação do prazo para apresentação da documentação atualizada, caberá à Comissão Permanente de Licitação aceitar ou não as justificativas apresentadas.

15.22 Na hipótese de aceite das justificativas apresentadas, o prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período.

15.23 Encerrada a fase de lances e negociação, a Comissão Permanente de Licitação procederá ao julgamento final da proposta mais vantajosa para cada lote, observadas as disposições deste Edital, seus anexos e a legislação aplicável.

16. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

16.1 Encerrada a etapa de lances e negociação, a Comissão Permanente de Licitação procederá ao julgamento das propostas, observando o critério de MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, conforme requisitos e parâmetros estabelecidos neste Edital e em seus anexos.

16.2 Previamente ao julgamento definitivo, a Comissão Permanente de Licitação verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à inexistência de sanção que impeça sua participação na licitação ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

A) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

B) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

C) Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui.aspx/sancoes.aspx;

- D)** Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255;
- E)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>.
- 16.3** A verificação da conformidade das propostas será realizada exclusivamente em relação à proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar para cada lote.
- 16.4** Serão desclassificadas as propostas que:
- A)** apresentarem rasuras, emendas, vícios, inconsistências ou irregularidades que comprometam sua compreensão;
 - B)** apresentarem valor global ou valores unitários superiores ao orçamento estimado pela Administração;
 - C)** apresentarem quantitativos ou itens divergentes daqueles constantes dos anexos técnicos do Edital;
 - D)** deixarem de apresentar preços para quaisquer dos itens constantes das planilhas orçamentárias;
 - E)** apresentarem composição de BDI incompatível com os parâmetros referenciais da Administração, quando comprovadamente resultar em preços inexequíveis ou superiores aos estimados;
 - F)** apresentarem custos de mão de obra inferiores aos pisos estabelecidos em convenções coletivas de trabalho da categoria;
 - G)** apresentarem preços distintos para o mesmo insumo sem justificativa técnica aceitável;
 - H)** contiverem vícios insanáveis;
 - I)** não obedecerem às especificações técnicas previstas neste Edital e seus anexos;
 - J)** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para contratação;
 - K)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - L)** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável.
- 16.5** A Administração poderá promover diligências para aferição da exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes documentos complementares que comprovem sua viabilidade técnica e econômica.
- 16.6** Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do art. 59, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não devidamente justificadas.
- 16.6.1** Na hipótese prevista no item anterior, será assegurado ao licitante o direito de demonstrar a exequibilidade de sua proposta antes da eventual desclassificação.
- 16.6.2** Caso o preço ofertado enseje dúvidas quanto à sua exequibilidade, a Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar documentação complementar apta a comprovar a viabilidade da execução contratual nas condições ofertadas.
- 16.6.3** Constatada a inexequibilidade da proposta, esta será desclassificada, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade da licitante, nos termos da legislação aplicável.
- 16.7** Em caso de incompatibilidade de valores unitários com os parâmetros referenciais da Administração, estes poderão ser objeto de negociação com a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, vedada a majoração do valor global final ofertado.
- 16.8** Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou se a licitante deixar de atender às exigências previstas neste Edital, a Comissão Permanente de Licitação

desclassificará a proposta, de forma motivada, e examinará as propostas subsequentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de proposta apta ao atendimento integral das exigências editalícias.

16.9 Encerrado o julgamento das propostas e considerada aceitável a proposta mais vantajosa para a Administração, a Comissão Permanente de Licitação declarará vencedora a licitante classificada em primeiro lugar para o respectivo lote, observada a fase recursal.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1 Das decisões praticadas no curso do procedimento licitatório caberão os recursos previstos no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021. Das decisões praticadas no curso do procedimento licitatório caberão os recursos previstos no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2 Os licitantes presentes à sessão pública deverão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.3 Os licitantes ausentes serão considerados intimados dos atos praticados mediante publicação da respectiva ata e demais atos no processo administrativo eletrônico e nos meios oficiais de divulgação.

17.4 O prazo para apresentação das razões recursais será de 03 (três) dias úteis, contados da intimação ou da lavratura da ata.

17.5 Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo concedido ao recorrente.

17.6 Os recursos e contrarrazões deverão ser protocolados por meio eletrônico no processo administrativo correspondente, através do e-mail cpipiranga@smsub.prefeitura.sp.gov.br, ou junto ao protocolo da Subprefeitura Ipiranga.

17.7 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1 Encerradas as fases de julgamento e recursal, o objeto será adjudicado à licitante vencedora do respectivo lote.

18.2 A homologação do certame caberá à autoridade competente, nos termos da legislação vigente.

18.3 A Administração poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

19. DA CONTRATAÇÃO

19.1 Após a homologação da licitação, será firmado o respectivo contrato administrativo.

19.2 A adjudicatária será convocada para assinatura do contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável.

19.2.1 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Administração.

19.3 Na assinatura do contrato será exigida a comprovação da manutenção das condições de habilitação e qualificação consignadas neste Edital, as quais deverão permanecer válidas durante toda a vigência contratual.

19.3.1 Na hipótese de irregularidade da documentação, a adjudicatária deverá promover sua regularização no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

19.4 Quando convocada para assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar:

19.4.1 Certidão atualizada de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA/CAU e/ou conselho profissional competente, dentro do prazo de validade.

19.4.1.1 Caso a adjudicatária esteja sediada em outro Estado, deverá providenciar, até a data da assinatura do contrato, o visto do CREA-SP, CAU/SP e/ou conselho profissional competente na respectiva certidão de registro.

19.4.2 Documento comprobatório da prestação da garantia contratual, a qual deverá ser apresentada previamente à assinatura do contrato.

19.4.3 Declaração contendo a indicação do responsável técnico pela execução contratual, necessariamente o mesmo indicado na fase de habilitação, bem como do preposto que representará a contratada durante a execução dos serviços.

19.4.4 Declaração firmada sob as penas da lei, conforme previsto no artigo 5º do Decreto Municipal nº 50.977/2009 e artigo 5º do Decreto Municipal nº 48.184/2007, referente ao compromisso de utilização de produtos ou subprodutos de madeira de origem legal e de produtos oriundos de empreendimentos minerários com procedência legal, conforme modelos constantes dos anexos deste Edital.

19.4.5 Certidão comprobatória de regularidade perante a Fazenda do Município de São Paulo, relativa aos tributos mobiliários, bem como comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários – CCM, quando aplicável.

19.4.6 Certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

19.4.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

19.4.8 Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Seguridade Social.

19.5 Todos os documentos exigidos para assinatura contratual deverão estar válidos na data da formalização do contrato.

19.6 Como condição à contratação, deverá restar comprovada a inexistência de pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, nos termos da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto Municipal nº 47.096/2006.

19.7 A minuta do contrato integra o presente Edital como anexo, contendo as condições da contratação, regras de execução, medição, pagamento, reajuste, fiscalização, penalidades e demais disposições aplicáveis.

19.8 Na hipótese de a adjudicatária não comprovar as condições de habilitação, recusar-se a assinar o contrato ou deixar de apresentar os documentos exigidos para contratação, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

20. DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1 A contratada deverá prestar garantia contratual previamente à lavratura do termo contratual, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.1.1 A garantia deverá possuir vigência mínima correspondente ao prazo de execução contratual acrescido de 150 (cento e cinquenta) dias.

20.2 Será exigida garantia adicional da adjudicatária cuja proposta vencedora for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta apresentada, sem prejuízo da garantia contratual prevista no item 20.1.

20.3 A garantia contratual poderá ser prestada nas modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.4 Na hipótese de garantia prestada em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado junto ao Tesouro Municipal, mediante memorando expedido pela unidade contratante.

20.5 Sempre que houver alteração do valor contratual ou prorrogação da vigência contratual, a contratada deverá reforçar ou renovar a garantia, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, de forma a mantê-la correspondente ao percentual exigido.

20.6 O descumprimento das obrigações relativas à prestação, renovação ou complementação da garantia contratual sujeitará a contratada às penalidades previstas neste Edital e na legislação aplicável.

20.7 A garantia contratual poderá ser utilizada pela Administração para satisfação de débitos decorrentes da execução contratual, inclusive multas aplicadas à contratada e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais inadimplidas, observada a Orientação Normativa PGM nº 02/2012 e demais normas aplicáveis.

20.8 A garantia contratual será liberada ou restituída após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da contratada, acompanhado de comprovação atualizada da inexistência de ações trabalhistas que possam implicar responsabilidade subsidiária da Administração.

20.9 A garantia poderá ser substituída, mediante solicitação formal da contratada e aprovação da Administração, respeitadas as modalidades legalmente admitidas.

21. DAS PENALIDADES

21.1 São aplicáveis às licitantes e à contratada as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

21.2 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

A) Comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,

B) Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

21.3 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho ou assinar o termo de contrato, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantida o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

A) Multa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor estimado da contratação ou do valor do contrato, conforme o caso;

B) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

21.3.1 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

21.4 À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não manter a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 21.3 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

21.5 As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, previstas na Minuta do Contrato.

21.6 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, quando cabíveis.

21.7 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à autoridade competente, e protocolizado nos dias úteis, das 10h às 13h e das 15h às 17h ou por meio eletrônico através do e-mail cplipiranga@smsub.prefeitura.sp.gov.br.

21.7.1 Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

21.8 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.9 São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

22. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

22.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o presente Edital, nos termos do art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.2 Os pedidos de esclarecimento e impugnação deverão ser protocolados até **03 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame.

22.3 Os pedidos deverão ser encaminhados por meio eletrônico, através do e-mail **cplpiranga@smsub.prefeitura.sp.gov.br**, ou protocolados junto à Comissão Permanente de Licitação da Subprefeitura Ipiranga, situada na **Rua Lino Coutinho, nº 444 – Ipiranga – São Paulo/SP, em dias úteis, das 09h00 às 16h00**.

22.4 No ato da apresentação da impugnação, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

A) documento de identidade e Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, quando o impugnante for pessoa física;

B) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, acompanhado do ato constitutivo, contrato social, procuração ou documento equivalente que comprove os poderes de representação do signatário, quando o impugnante for pessoa jurídica.

22.5 Caberá à Comissão Permanente de Licitação manifestar-se motivadamente acerca dos pedidos de esclarecimento e impugnações, podendo, para tanto, solicitar manifestação das unidades técnicas competentes.

22.6 A decisão sobre os pedidos de esclarecimento e impugnações será proferida no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.7 As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações serão divulgadas no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, no Sistema Eletrônico de Informações – SEI e demais meios oficiais de publicação da Administração.

22.8 O acolhimento da impugnação que implique alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas ensejará a republicação do instrumento convocatório e a reabertura dos prazos inicialmente estabelecidos.

22.9 Os pedidos de esclarecimento e impugnação não suspendem os prazos previstos no certame.

22.10 A concessão de efeito suspensivo à impugnação constitui medida excepcional e deverá ser devidamente motivada pela Comissão Permanente de Licitação nos autos do processo administrativo.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Comissão Permanente de Licitação.

23.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.4 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e do princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

23.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.6 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

23.7 A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

23.8 A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

23.9 O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

23.10 A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.11 Comissão Permanente de Licitação poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame, bem como atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.12 No julgamento da habilitação e das propostas, a Comissão Permanente de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.13 Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação ouvida, se for o caso, as unidades competentes.

23.14 Somente deverão ser consideradas as informações prestadas por escrito pela Subprefeitura Ipiranga.

23.15 Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da contratada, a ata da licitação e o Edital, com seus anexos, independentemente de transcrição.

23.16 A participação nesta CONCORRÊNCIA implica na aceitação integral e irretratável pelas licitantes, dos termos deste Edital e seus anexos, que passarão a integrar o contrato, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

23.17 Deverá a licitante, arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados que participem da execução do objeto contratual e, quando for o caso, enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários e/ou cooperados que participem da execução do objeto contratual.

23.18 A contratada não poderá ceder ou transferir integralmente o objeto contratual a terceiros, sendo admitida apenas a subcontratação parcial, nos limites e condições previstos neste Edital, Contrato e art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.19 As exigências constantes neste Edital e seus Anexos, no que couber, abrangem fornecedores, subfornecedores e subcontratados, sem exceções, cuja responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados e fornecidos será exclusiva da contratada, inclusive quanto à promoção de readequações sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

23.20 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.

23.21 Os atos relativos à licitação serão registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

23.22 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Público (PNCP) e Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

23.23 As sessões públicas desta licitação serão registradas em ata e gravadas em áudio e vídeo, procedendo-se à anexação dos arquivos no processo administrativo da licitação, não cabendo as licitantes qualquer direito de imagem ou veto de publicidade no processo administrativo do material gravado.

23.24 Fica eleito o Foro da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou do contrato dele decorrente.

23.25 Os documentos apresentados pelas licitantes durante a sessão pública poderão ser rubricados apenas pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes das licitantes que manifestarem interesse no ato, sendo facultada a assinatura integral de todos os participantes.

23.25.1 A ausência de rubrica ou assinatura dos representantes das demais licitantes nos documentos apresentados durante a sessão não implicará nulidade do certame, desde que assegurada a publicidade dos atos, o acesso aos documentos e a possibilidade de manifestação em ata.

23.25.2 A ata da sessão pública será assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes credenciados presentes que desejarem fazê-lo.

23.26 Todos os documentos relativos ao presente certame, inclusive atas, propostas, recursos, contrarrazões, decisões e demais atos administrativos, serão devidamente juntados ao respectivo processo administrativo eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações – SEI

23.26.1 As empresas vencedoras deverão realizar a assinatura do contrato e demais documentos correlatos por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, observadas as orientações e procedimentos fornecidos pela unidade SUB-IP/CAF/SAS/COMPRAS.

23.27 Serão admitidas assinaturas eletrônicas e digitais nos documentos apresentados pelas licitantes, desde que permitam a verificação de autenticidade e integridade do documento, nos termos da legislação vigente.

23.28 A Comissão Permanente de Licitação poderá suspender a sessão pública para análise técnica dos documentos apresentados, realização de diligências, saneamento processual ou qualquer medida necessária à adequada instrução do certame, designando nova data para continuidade dos trabalhos, com registro em ata e comunicação aos licitantes.

23.29 A Comissão Permanente de Licitação poderá sanar erros ou falhas meramente formais que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.30 A Comissão Permanente de Licitação poderá promover diligências destinadas à verificação da capacidade técnica, operacional e da exequibilidade das propostas apresentadas,

inclusive mediante consultas, requisição de documentos complementares, visitas técnicas e demais procedimentos necessários à adequada instrução processual.

24. ANEXOS DO EDITAL

24.1 Integram o presente Edital, para todos os fins e efeitos legais, os seguintes anexos:

- ANEXO I** – Termo de Referência;
- ANEXO II** – Documentação Técnica – Lote nº 01;
- ANEXO III** – Documentação Técnica – Lote nº 02;
- ANEXO IV** – Documentação Técnica – Lote nº 03;
- ANEXO V** – Documentação Técnica – Lote nº 04;
- ANEXO VI** – Documentação Técnica – Lote nº 05;
- ANEXO VII** – Documentação Técnica – Lote nº 06;
- ANEXO VIII** – Minuta de Contrato;
- ANEXO IX** – Modelo de Proposta Comercial – Lote nº ____;
- ANEXO IX-B** – Modelo de Demonstração de Composição de BDI – Lote nº ____;
- ANEXO X** – Declaração de Cumprimento das Condições de Habilitação;
- ANEXO XI** – Carta de Credenciamento;
- ANEXO XII** – Declaração de Vistoria Técnica – Lote nº ____;
- ANEXO XIII** – Declaração de Ausência de Vistoria Técnica – Lote nº ____;
- ANEXO XIV** – Declaração de Não Cadastramento e Inexistência de Débitos junto à Fazenda do Município de São Paulo;
- ANEXO XV** – Declarações Gerais;
- ANEXO XVI** – Critérios de Análise Econômico-Financeira;
- ANEXO XVII** – Declaração de Indicação do Responsável Técnico – Lote nº ____;
- ANEXO XVIII** – Declaração de Atendimento aos Procedimentos de Controle Ambiental;
- ANEXO XIX** – Declaração de Compromisso de Fornecimento e Utilização de Produtos de Procedência Legal;
- ANEXO XX** – Declaração de Contratação Futura – Lote nº ____;
- ANEXO XXI** – Modelo de Declaração para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

São Paulo, 08 de junho de 2026
Comissão de Licitação

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90006/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002393-0

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS PARA A REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01,02,03,04,05 E 06

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO
2. DO OBJETO
3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS NECESSIDADES DA CONTRATAÇÃO
4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CLICO DE VIDA DO OBJETO
5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
 - 5.1. CONSÓRSIO
 - 5.2. SUBCONTRATAÇÃO
 - 5.3. GARANTIAS DA CONTRATAÇÃO
 - 5.4. TRANSIÇÃO CONTRATUAL
 - 5.5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE
6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO
8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
 - 9.1. VISTORIA
 - 9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA
 - 9.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA
 - 9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA
 - 9.5. HABILITAÇÃO TÉCNICA
 - 9.5.1. EMPRESA
 - 9.5.2. PROFISSIONAL
10. INVERSÃO DE FASES NA LICITAÇÃO
11. ESTIMATIVA DOS VALORES DA CONTRATAÇÃO
12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. INTRODUÇÃO

O presente termo de referência consolida as informações contidas no Estudo técnico preliminar, e tem como objetivo subsidiar a formalização da Contratação de serviços comuns de engenharia para a execução das obras conforme objeto abaixo.

2. DO OBJETO

Constitui o objeto do presente termo de referência, a Contratação de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS PARA A REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01,02,03,04,05 E 06.

O objeto designado se refere especialmente, às atividades que serão detalhadas no item 6 deste termo de referência e rege-se pela Lei federal nº 14.133/21 e suas alterações e pelo decreto municipal nº62.100/2022.

A Modalidade de Licitação é de **Concorrência Pública**, pois o objeto do presente Termo de Referência, corresponde às obras e serviços comuns de engenharia.

O critério de julgamento será o de menor preço, pois o objeto do presente Termo de Referência, corresponde às obras e serviços comuns de engenharia, conforme previsto no Art. 34 da LF 14.133/21.

Afim de conferir maior competitividade, cada licitante poderá sagra-se vencedora em apenas 01(um) dos lotes deste Termo de Referência, sendo eles:

LOTE 01: REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA LUIS CARLOS FAUSTINO JR.

ENDEREÇO: COMPLEXO VIÁRIO MARIA MALUF,15 A- 529 – CURSINO, SÃO PAULO – SP.

LOTE 02: REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO NA RUA DEMOCRACIA

ENDEREÇO: RUA DEMOCRACIA – VILA BRASILÂNDIA, SÃO PAULO – SP

LOTE 03: REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO NA RUA DOMINGOS DISSEI

ENDEREÇO: RUA DOMINGOS DISSEI, ALTª Nº132 – JARDIM PATENTE NOVO, SÃO PAULO -SP

LOTE 04: REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO NA VIELA PRÓXIMA A RUA JEAN COUSIN

ENDEREÇO: FINAL DA RUA JEAN COUSIN – SACOMÃ, SÃO PAULO -SP

LOTE 05: REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO NA RUA ABAGIBA

ENDEREÇO: PRAÇA CHICO SCIENCE – RUA ABAGIBA, ALTª Nº 20, SÃO PAULO – SP

LOTE 06: EXECUÇÃO DE PLAYGROUNDS NAS RUAS BARRETO MUNIZ, RUA DANÇA DO CAVAQUINHO E PRAÇA BRÁS GONÇALVES

ENDEREÇO: FINAL DA RUA BARRETO MUNIZ, RUA DANÇA DO CAVAQUINHO E PRAÇA BRÁS GONÇALVES, SÃO PAULO - SP

Prazo de execução da obra:

- Lote 01: 150 (cento e cinquenta dias), contados da data fixada na Ordem de Início;
- Lote 02: 120 (cento e vinte dias), contados da data fixada na Ordem de Início;
- Lote 03: 60 (sessenta dias), contados da data fixada na Ordem de Início;

- Lote 04: 90 (noventa dias), contados da data fixada na Ordem de Início;

- Lote 05: 90 (noventa dias), contados da data fixada na Ordem de Início;

- Lote 06: 60 (sessenta dias), contados da data fixada na Ordem de Início;

Prazo de vigência do contrato: 24 (vinte e quatro) meses ou 720 (setecentos e vinte) dias contatos a partir da data de assinatura do Termo de contrato.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação e descrição da Contratação encontra-se em tópico específico do Estudo técnico Preliminar.

Dos regimes de contratação listados no art. 46 da LF 14.133/21, o regime de empreitada por unitário se mostra o modelo mais adequado para possíveis adequações nos quantitativos durante a execução da obra, sem prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, conforme § 3º do art. 18 da LF 14.133/21.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A fundamentação e descrição da Contratação encontra-se em tópico específico do Estudo técnico Preliminar.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fica ressalvada a possibilidade da alteração de condições previstas neste Termo de Referência, em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis.

Os serviços contratados serão executados de acordo com este Termo de Referência, com documentos neles referidos, disponibilizado neste no edital, bem como detalhes e as especificações complementares do projeto básico.

Para a perfeita execução e completo acabamento dos serviços, a CONTRATADA se obriga sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda a assistência técnica e administrativa necessária para garantir o andamento conveniente aos trabalhos.

A CONTRATADA deverá realizar os serviços de campo e demais levantamentos adicionais para atendimento à plena execução do objeto do contrato.

No desenvolvimento dos trabalhos e das soluções adotadas deverão sempre e, em todos os casos, serem considerados os aspectos ambientais conforme determina a legislação vigente, além das instruções específicas a serem fornecidas por essa Subprefeitura.

A CONTRATADA deverá desenvolver os trabalhos nos locais previstos, objeto do contrato, com base nos estudos técnicos e plano geral de trabalho dos serviços.

A responsabilidade pela identificação, cadastro, documentação e apresentação de solução técnica para o equacionamento e remanejamento de toda e qualquer interferência é da CONTRATADA, que deverá detalhar a metodologia de execução destas atividades.

Todo e qualquer necessidade de retrabalho (revisar e refazer) oriundo do descumprimento, pela CONTRATADA, das exigências de Legislação, Normas, Diretrizes, Especificações Técnicas, será

de inteira responsabilidade da mesma, a qualquer tempo, mesmo que, os produtos tenham sido recebidos, através da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

Todos os materiais, salvo o disposto em contrário em contrato, serão fornecidos pela CONTRATADA, serão de primeira qualidade e todos os serviços executados em completa obediência aos princípios de boa técnica, devendo ainda, satisfazer rigorosamente às Normas Brasileiras

Em hipótese alguma, poderá a CONTRATADA alegar desconhecimento das cláusulas e condições deste Caderno, das Especificações Complementares, bem como das exigências expressas nos projetos e Normas da ABNT.

Toda a mão-de-obra, salvo o disposto em contrário no contrato, será fornecida pela CONTRATADA.

Serão impugnados pela FISCALIZAÇÃO todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais. Ficará a CONTRATADA obrigada a revisar e a refazer os trabalhos impugnados logo após o recebimento da Ordem de Serviço correspondente, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências.

Iniciadas as atividades necessárias, a CONTRATADA deve conduzi-las contínua e regularmente, dentro do cronograma estabelecido.

Ocorrido qualquer atraso nas etapas programadas, poderá a FISCALIZAÇÃO ordenar o aumento de horário de trabalho, cabendo à CONTRATADA os ônus ou eventuais prejuízos daí decorrentes.

Todas as despesas decorrentes de ensaios realizados no campo serão de responsabilidade integral da CONTRATADA. O Laboratório que a CONTRATADA vier a escolher para a realização dos ensaios deverá ser certificado pelo INMETRO.

A CONTRATADA deve se responsabilizar pelo estudo de todos os documentos e outros elementos fornecidos por essa Subprefeitura, para a execução do objeto deste Termo de Referência, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância dos mesmos.

A CONTRATADA deverá participar de todas as reuniões que se façam necessárias, sempre que for solicitada sua participação pela CONTRATANTE, em São Paulo. Todas as reuniões deverão ser acompanhadas pelo Coordenador do Projeto e pelo especialista de cada área, sempre que necessário.

A PROPONENTE deverá considerar em sua proposta os custos para deslocamento, transporte e hospedagem dos seus profissionais.

Todos os trabalhos a serem desenvolvidos deverão estar de acordo com as normas técnicas vigentes da ABNT e normas dos demais órgãos reguladores competentes.

Também deverão ser seguidas as especificações técnicas particulares da PMSP, que serão entregues para a CONTRATADA quando da emissão da Ordem de Serviço para início dos serviços.

Além das Normas e Leis aplicáveis, atestamos que todos os documentos técnicos necessários para o entendimento para elaborar a devida proposta técnica e comercial estão contemplados nesse Termo de Referência.

Todos os trabalhos a serem desenvolvidos deverão estar de acordo com as normas técnicas vigentes da ABNT e normas dos demais órgãos reguladores competentes.

Além das Normas e Leis aplicáveis, atestamos que todos os documentos técnicos necessários para o entendimento para elaborar a devida proposta técnica e comercial estão contemplados nesse Termo de Referência.

Para fins de medições dos serviços de transporte de resíduos, a CONTRATADA deverá apresentar toda documentação legal, conforme legislação, para a CONTRATANTE, inclusive o Controle de Transporte de Resíduos – CTR.

A CONTRATADA deverá elaborar, tramitar e obter todas as devidas autorizações junto aos órgãos competentes, quando for o caso, incluindo o Termo de Permissão para Ocupação de Vias – TPOV.

5.1 CONSÓRCIO

Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio no presente certame, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A vedação justifica-se em razão da natureza e da baixa complexidade técnica do objeto licitado, cujos serviços são comuns e amplamente executados por empresas do ramo da construção civil, não demandando a conjugação de capacidades técnicas, operacionais ou econômico-financeiras de múltiplas empresas para sua adequada execução.

Os serviços previstos possuem escopo definido, metodologia executiva usual e quantitativos compatíveis com a capacidade operacional normalmente exigida das empresas especializadas no mercado, não apresentando características que possam restringir a competitividade ou exigir a formação de consórcios para ampliação da capacidade de execução.

Além disso, a admissão de consórcios poderia acrescentar complexidade desnecessária à gestão e fiscalização contratual, em razão da necessidade de acompanhamento das responsabilidades das empresas consorciadas, sem que tal medida represente benefício efetivo para a Administração ou ampliação da competitividade do certame.

Dessa forma, considerando a baixa complexidade da obra, a ampla disponibilidade de empresas aptas a executar integralmente o objeto e a inexistência de fatores que justifiquem a reunião de empresas para atendimento das exigências técnicas e econômico-financeiras da contratação, conclui-se que a vedação à participação de consórcios não compromete a competitividade da licitação, ao mesmo tempo em que contribui para a simplificação da gestão contratual e para a eficiência administrativa, atendendo aos princípios da razoabilidade, eficiência, economicidade e interesse público.

5.2 DA SUBCONTRATAÇÃO

É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

A subcontratação fica limitada a 30% (trinta por cento).

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

5.3 DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até a assinatura do contrato.

No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5.4 DA TRANSIÇÃO CONTRATUAL

O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

5.5 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A CONTRATADA deverá ainda observar o disposto no art. 45 da Lei nº 14.133/2021 o qual cita que as licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas à:

- I - Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
- II - Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e recursos naturais;
- III - Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;
- IV - Acessibilidade para o uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Início da execução do objeto se dará após a emissão da ordem de serviço,

Descrição detalhada dos serviços se dará através do memorial descritivo.

Não serão admitidas inconformidades com as normas técnicas, manuais ou instruções de serviços, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a verificação e aplicação das especificações técnicas vigentes no período de execução do objeto contratual.

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

A gestão e fiscalização do contrato será regida pelo DECRETO 62.100/2022 ou legislação substituta.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A avaliação da execução do objeto utilizará o Caderno de Critérios de Medição da PMSP, disponibilizado no site eletrônico https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/obras/tabelas_de_custos/

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- Não produzir os resultados acordados;
- Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

O recebimento das medições se dará ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico- Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Para fins de liquidação e pagamento será considerado o disposto na Portaria SF Nº 275/2024 ou alterações posteriores.

Os pagamentos serão disciplinados pelo Art. 142 do Decreto Municipal nº 62.100 de 27/12/2022, conforme segue:

A unidade orçamentária adotará, como data de vencimento, 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de entrega da documentação pela contratada.

Para fins de liquidação e pagamento será considerado o disposto:

a) artº 1º ao 4º da Portaria SF Nº 275 de 2024 e alterações posteriores.

Ressalta-se que o § 1º do art. 4º estipula que se o contrato não contiver definição do dia do vencimento da obrigação ou apenas estipular "pagamentos mensais", a Unidade Orçamentária adotará, como data de vencimento da obrigação, 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de entrega, pela contratada, da documentação prevista no artigo 1º desta Portaria.

b) no art. 142 do Decreto nº 62.100 de 27 de dezembro de 2022.

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- número do contrato;
- A data da emissão;
- objeto do contrato;
- O período respectivo da medição;
- O valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, conforme inciso I do art. 3º da Portaria SF 170/2020, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais e/ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, em conformidade com a Portaria SF nº 9 de 12 de janeiro de 2021.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar."

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **PRESENCIAL**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

A presente licitação será realizada na forma presencial, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Portaria nº 16/SIURB/2023, que disciplina e fundamenta a adoção dessa forma de processamento no âmbito da Administração Municipal.

Além dos fundamentos constantes na referida Portaria, a realização presencial mostra-se necessária em razão da opção administrativa pela inversão das fases do procedimento licitatório, nos termos do art. 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se inicialmente a fase de habilitação e, posteriormente, a abertura e julgamento das propostas de preços.

A inversão de fases foi definida em razão das características do objeto e do interesse da Administração em verificar previamente a capacidade técnica, operacional, jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira dos licitantes, garantindo que apenas empresas efetivamente aptas participem da etapa de julgamento das propostas, em observância ao princípio da vantajosidade e à busca da melhor contratação para o interesse público.

Entretanto, os sistemas eletrônicos atualmente disponibilizados para a realização dos certames não permitem, de forma adequada, a operacionalização da inversão de fases prevista no art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que foram estruturados para processar a sequência ordinária do procedimento licitatório, com julgamento das propostas antecedendo a habilitação.

Dessa forma, a realização da sessão presencial constitui medida necessária para viabilizar a adoção da inversão de fases devidamente justificada no processo administrativo, permitindo que a Administração conduza o certame na ordem procedimental considerada mais vantajosa para a contratação pretendida.

Adicionalmente, a forma presencial proporciona maior eficiência na conferência da documentação de habilitação, maior transparência dos atos praticados, acompanhamento direto pelos licitantes e pronta solução de eventuais questões surgidas durante a sessão pública, contribuindo para a segurança jurídica e para a regular condução do certame.

Ressalta-se que a adoção da forma presencial não implica restrição à competitividade, permanecendo assegurados os princípios da isonomia, publicidade, transparência, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Diante do exposto, considerando os fundamentos da Portaria nº 16/SIURB/2023, a justificativa para a inversão de fases e a necessidade de operacionalização adequada do procedimento licitatório, mostra-se plenamente justificada a realização da licitação na forma presencial, em atendimento ao interesse público e aos princípios que regem as contratações públicas.

O critério de aceitabilidade de preços será o valor unitário estimado para a contratação, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, respeitando os quantitativos.

O intervalo mínimo entre os lances será de 0,5% do valor estimado para contratação.

A presente licitação deverá prever recolhimento de garantia de proposta de 1% do valor orçado pela administração, em conformidade com o art. 58 da Lei 14.133/2021 e o disposto na Portaria SF nº 338, de 02 de dezembro de 2021.

9.1 INVERSÃO DE FASES NA LICITAÇÃO

Para o presente certame adotar-se-á a inversão de fases, em estrita observância ao disposto no art. 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, realizando-se inicialmente a análise dos documentos de habilitação e, posteriormente, a abertura e julgamento das propostas de preços.

A adoção dessa sistemática encontra fundamento no Princípio da Vantajosidade, que norteia todas as contratações públicas. A vantajosidade não deve ser compreendida apenas sob o aspecto econômico da contratação, mas sim como a obtenção da proposta mais adequada ao interesse público, considerando aspectos de qualidade, capacidade técnica, segurança, durabilidade, eficiência e economicidade.

No âmbito das obras e serviços de engenharia, a contratação mais vantajosa não se confunde com a contratação pelo simples menor preço. A Administração Pública deve buscar o melhor preço, entendido como aquele compatível com a execução integral do objeto, observadas todas as especificações técnicas, os padrões de qualidade exigidos, a segurança estrutural e operacional da obra e a adequada capacidade técnica da contratada.

Nesse contexto, a inversão de fases permite que a Administração verifique previamente a qualificação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica dos licitantes, assegurando que apenas empresas efetivamente aptas a executar o objeto avancem para a fase de análise das propostas. Tal medida reduz significativamente os riscos de contratação de empresas sem capacidade operacional para atender às exigências do projeto e do contrato.

A adoção desse procedimento proporciona, ainda, os seguintes benefícios:

- I – maior segurança jurídica e técnica na condução do certame;
- II – seleção de propostas provenientes exclusivamente de empresas comprovadamente aptas à execução do objeto;
- III – redução dos riscos de inexecução contratual, paralisações, atrasos e aditivos decorrentes de deficiência técnica ou financeira da contratada;
- IV – racionalização dos procedimentos administrativos, evitando a análise de propostas apresentadas por licitantes que não atendam às condições mínimas de habilitação;
- V – maior eficiência na condução da licitação, com redução do retrabalho decorrente da eventual desclassificação ou inabilitação de licitantes em etapas posteriores;
- VI – fortalecimento da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração, conjugando qualidade

técnica, segurança da execução e economicidade.

Dessa forma, considerando as características do objeto, a complexidade inerente aos serviços de engenharia e a necessidade de assegurar a adequada execução contratual, conclui-se que a inversão de fases constitui medida compatível com o interesse público, promovendo maior eficiência administrativa e contribuindo para a obtenção da contratação mais vantajosa para a Administração Pública.

9.2 VISTORIA

Considerando as características do objeto e a necessidade de assegurar a adequada elaboração das propostas, será facultada aos licitantes a realização de vistoria técnica no local de execução dos serviços.

A vistoria tem por finalidade possibilitar aos interessados o conhecimento das condições reais do local, permitindo a identificação de aspectos que possam influenciar a execução da obra, tais como acessos, interferências, condições do entorno, restrições operacionais, logística de materiais e equipamentos e demais particularidades relevantes para a formação dos preços e planejamento dos serviços.

A vistoria, quando realizada, deverá ser efetuada pelo responsável técnico da empresa, devidamente habilitado, garantindo que a avaliação das condições locais seja realizada por profissional com capacidade técnica para analisar os elementos necessários à execução do objeto.

A realização da vistoria é facultativa. Entretanto, o licitante deverá manifestar formalmente sua opção mediante apresentação da Declaração de Vistoria Técnica ou do Termo de Ausência de Vistoria Técnica, ambos assinados pelo responsável técnico da empresa.

O licitante que optar por não realizar a vistoria declara possuir pleno conhecimento das condições de execução dos serviços, assumindo integral responsabilidade pela elaboração de sua proposta, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições do local para justificar erros de orçamento, pleitos de acréscimos, reequilíbrio econômico-financeiro ou prorrogações de prazo.

Protocolar até 48 horas antes da sessão pública da abertura do certame, junto à Supervisão de Projetos e Obras desta subprefeitura a Declaração de Vistoria Técnica ou do Termo de Ausência de Vistoria Técnica, conforme modelos anexos ao Edital, visando conferir maior segurança ao procedimento licitatório, assegurar a adequada formação das propostas e reduzir riscos durante a execução contratual. O não protocolo incorrerá em inabilitação da licitante.

Dessa forma, a vistoria técnica facultativa e a obrigatoriedade de manifestação formal do licitante atendem aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público, contribuindo para a correta execução do objeto e para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

A) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

B) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, e alterações subsequentes, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

B.1) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

B.2) Arquivamento na Junta Comercial da publicação oficial das Atas de Assembleias Gerais, que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor, no caso de sociedades por ações, bem como Ata da Assembleia da última eleição de Diretoria;

C) Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal, conforme

estabelece o parágrafo único do art. 70 da Lei 14.133/2021.

D) Deverão ser apresentadas as seguintes declarações, pela empresa participante:

- para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- que estão cientes das normativas previstas no art. 45 da Lei nº 14.133/2021.
- que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.
- que na composição societária não existe participação de dirigente e/ou empregados da entidade promotora da licitação.
- que os profissionais vinculados a ela não participaram e não possuem responsabilidade pela elaboração dos projetos;
- que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.

9.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

A) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

B) Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

B.1) Os interessados com sede em outro Município que tenham filial no Município de São Paulo deverão, também, comprovar inscrição no cadastro de contribuintes deste Município.

C) Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com prazo de validade em vigor, sendo aceito documento extraído via INTERNET.

D) Prova de inexistência de Débitos Trabalhistas, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

E) Regularidade para com a Fazenda Nacional e situação de regularidade perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que deverão ser comprovadas mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos, relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e à Seguridade Social (CND).

F) Regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da sede do licitante, pertinente ao seu ramo de

atividade e quanto aos tributos relacionados com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de certidão expedida pelo órgão competente, que terá validade por 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição, se outro prazo não estiver assinalado por Lei ou no próprio documento.

G) Regularidade perante a Fazenda Municipal de São Paulo, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos de Tributos Mobiliários.

G.1) Na hipótese de não estar cadastrado como contribuinte neste Município, o licitante com sede fora do Município de São Paulo deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal da empresa, sob as penas da Lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada.

9.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA- FINANCEIRA

A) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

B) Capital Social ou Patrimônio Líquido com valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor do orçamento referencial.

B.1) No caso da participação de empresas em forma de consórcio, a comprovação do valor do Capital Social ou Patrimônio Líquido descrito no item anterior deverá ser acrescido em 30%. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 15, §1º).

C) Apresentar Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

- Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

- Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

- Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

C.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

C.2) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

C.3) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.4 HABILITAÇÃO TÉCNICA

9.4.1 EMPRESA

A) CERTIDÃO atualizada de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA/CONFEA e/ou Conselho competente, com prazo de validade em vigor;

B) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado e regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, com as seguintes características mínimas:

LOTE 01		
ITEM	QUANTIDADE	U N
ARMADURA EM AÇO CA-60 - TELA	5.973,84	KG
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B - INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO	444,91	Ton
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3	99,56	M3
FORNECIMENTO DE ESTRUTURA METÁLICA PARA COBERTURA	4.674,38	KG
REVITALIZAÇÃO DE QUADRA DE AREIA	QUALITATIVO	
LOTE 02		
ITEM	QUANTIDADE	U N
DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE CONCRETO ARMADO	72,78	M3
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B - INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO	206,98	Ton
ARMADURA EM AÇO CA-60 - TELA	4.366,91	KG
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3	72,78	M3
BRINQUEDÃO EM MADEIRA PLÁSTICA - 2 TORRES	1,00	UN
FP.01 - GRADIL DE FERRO PERFILADO, TIPO PARQUE	27,50	M
LOTE 03		
ITEM	QUANTIDADE	U N
DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE CONCRETO ARMADO	23,81	M3
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B - INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO	79,03	Ton
ARMADURA EM AÇO CA-60 - TELA	1.428,34	KG
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3	23,81	M3
EXECUÇÃO DE PAISAGISMO, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE PROJETO EXECUTIVO DE PAISAGISMO, MUDAS E TERRA PREPARADA PRA PLANTIO	QUALITATIVO	
LOTE 04		
ITEM	QUANTIDADE	U N
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B - INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO	76,07	Ton
ARMADURA EM AÇO CA-60 - TELA	1905,12	KG
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3	31,752	M3
ALAMBRADO	49,75	M2
BRINQUEDÃO EM MADEIRA PLÁSTICA	1,00	UN
PISO EMBORRACHADO	36,00	M2
LOTE 05		
ITEM	QUANTIDADE	U N
TAPUME METÁLICO COM TELHA METÁLICA, SEM PINTURA, TRAPEZOIDAL 40 ESP=0,43MM, COLUNAS, BASES E PARAFUSOS	88	M2
DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE CONCRETO ARMADO	23,48	M3
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B - INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO	81,495	Ton
ARMADURA EM AÇO CA-60 - TELA	1233	KG
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3	20,55	M3
RV.12 - PISO EMBORRACHADO PARA AMORTECIMENTO DE IMPACTO, ESPESSURA 2,5 CM OU SIMILAR QUE ATENDA ABSORÇÃO DE IMPACTO A QUEDA DE ALTURA DE 1,20M CONFORME NBR 16071	36	M2
PLAYGROUND CONJUGADO TIPO 3 - TAMANHO MÉDIO - PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 5 ANOS DE IDADE. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1	UN
FP.03 - ALAMBRADO PARA QUADRAS DE ESPORTE - GP.6/EDIF - TG/4,5M	30	M
LOTE 06		
ITEM	QUANTIDADE	U N
PISO EMBORRACHADO	120,20	M2
BRINQUEDÃO EM MADEIRA PLÁSTICA	1,00	UN
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3	9,87	M3

C) Será admitido o somatório de atestados para comprovação dos quantitativos mínimos exigidos da LICITANTE e relativos à sua capacidade técnico-operacional para OS SERVIÇOS EXECUTADOS.

9.4.2 PROFISSIONAL

A) Apresentação de profissionais de nível superior, Engenheiro e/ou Arquiteto, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação, comprovando a experiência na execução dos serviços de maior relevância, definidos abaixo:

Engenheiro civil ou arquiteto:

LOTE 01
ITEM
ARMADURA EM AÇO CA-60 - TELA
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B - INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3
FORNECIMENTO DE ESTRUTURA METÁLICA PARA COBERTURA
REVITALIZAÇÃO DE QUADRA DE AREIA
LOTE 02
ITEM
DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE CONCRETO ARMADO
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B - INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO
ARMADURA EM AÇO CA-60 - TELA
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3
BRINQUEDÃO EM MADEIRA PLÁSTICA - 2 TORRES
FP.01 - GRADIL DE FERRO PERFILADO, TIPO PARQUE
LOTE 03
ITEM
DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE CONCRETO ARMADO
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B - INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO
ARMADURA EM AÇO CA-60 - TELA
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3
EXECUÇÃO DE PAISAGISMO, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE PROJETO EXECUTIVO DE PAISAGISMO, MUDAS E TERRA PREPARADA PRA PLANTIO
LOTE 04
ITEM
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B - INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO
ARMADURA EM AÇO CA-60 - TELA
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3
ALAMBRADO
BRINQUEDÃO EM MADEIRA PLÁSTICA
PISO EMBORRACHADO
LOTE 05
ITEM
TAPUME METÁLICO COM TELHA METÁLICA, SEM PINTURA, TRAPEZOIDAL 40 ESP=0,43MM, COLUNAS, BASES E PARAFUSOS
DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE CONCRETO ARMADO
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B - INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO
ARMADURA EM AÇO CA-60 - TELA
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3
RV.12 - PISO EMBORRACHADO PARA AMORTECIMENTO DE IMPACTO, ESPESSURA 2,5 CM OU SIMILAR QUE ATENDA ABSORÇÃO DE IMPACTO A QUEDA DE ALTURA DE 1,20M CONFORME NBR 16071
PLAYGROUND CONJUGADO TIPO 3 - TAMANHO MÉDIO - PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 5 ANOS DE IDADE. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO
FP.03 - ALAMBRADO PARA QUADRAS DE ESPORTE - GP.6/EDIF - TG/4,5M
LOTE 06
ITEM
PISO EMBORRACHADO
BRINQUEDAO EM MADEIRA PLASTICA
NC.01 - CONCRETO SIMPLES DESEMPENADO E RIPADO, 200KG CIM/M3

B) O(s) profissional(is) indicado(s) no item anterior deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

10. ESTIMATIVAS DOS VALORES DA CONTRATAÇÃO

VALOR ESTIMADO MAIS VANTAJOSO PARA A ADMINISTRAÇÃO (TABELAS JAN/24) SEM DESONERAÇÃO:

LOTE 01: R\$ 2.796.429,39 (Dois milhões, setecentos e noventa e seis, quatrocentos e vinte e nove reais e trinta e nove centavos)

LOTE 02: R\$ 1.431.153,92 (Um milhão, quatrocentos e trinta e um mil, cento e cinquenta e três reais e noventa e dois centavos)

LOTE 03: R\$ 294.104,28 (Duzentos e noventa e quatro mil, cento e quatro reais e vinte e oito centavos)

LOTE 04: R\$ 499.459,43 (Quatrocentos e noventa e nove mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e quarenta e três centavos)

LOTE 05: R\$ 497.239,55 (Quatrocentos e noventa e sete mil, duzentos e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)

LOTE 06: R\$ 436.664,04 (Quatrocentos e trinta e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e quatro centavos)

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas em questão irão onerar a dotação **53.10.15.451.4020.1.170.44905100.00.1.500.9553.0** para os lotes 01, 02 e 03 e a dotação **53.10.15.451.4020.1.170.44903900.00.1.500.1** para os lotes 04, 05 e 06.

As informações orçamentárias, foram fornecidas pela Coordenadoria de Administração e Finanças desta subprefeitura.



Delegado(a) da Câmara Municipal
CPF: 000.000.000-00
Coordenadora de Registro e Controle
Subprefeitura Ipiranga

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90006/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002393-0

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

ANEXO II - DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA – LOTE 01

Integram o presente lote os seguintes documentos técnicos:

- A)** Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- B)** Matriz de Risco;
- C)** Memorial Descritivo;
- D)** Memória de Cálculo;
- E)** Planilha Orçamentária;
- F)** Planilha Orçamentária Comparativa;
- G)** Projeto;
- H)** Relatório Fotográfico;
- I)** Cronograma Físico-Financeiro.

Os documentos técnicos referentes ao LOTE 01 poderão ser acessados por meio do link abaixo:

<https://drive.google.com/drive/folders/1-nL2tLq6MVq1UhGTloV2Nkv6nin9iY5Q?usp=sharing>

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90006/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002393-0

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

ANEXO III - DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA – LOTE 02

Integram o presente lote os seguintes documentos técnicos:

- A)** Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- B)** Matriz de Risco;
- C)** Memorial Descritivo;
- D)** Memória de Cálculo;
- E)** Planilha Orçamentária;
- F)** Planilha Orçamentária Comparativa;
- G)** Projeto;
- H)** Relatório Fotográfico;
- I)** Cronograma Físico-Financeiro.

Os documentos técnicos referentes ao LOTE 02 poderão ser acessados por meio do link abaixo:

<https://drive.google.com/drive/folders/1ByALqr9NBg7sABbel6bJULhK0xf6z6Lz?usp=sharing>

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90006/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002393-0

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

ANEXO IV - DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA – LOTE 03

Integram o presente lote os seguintes documentos técnicos:

- A)** Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- B)** Matriz de Risco;
- C)** Memorial Descritivo;
- D)** Memória de Cálculo;
- E)** Planilha Orçamentária;
- F)** Planilha Orçamentária Comparativa;
- G)** Projeto;
- H)** Relatório Fotográfico;
- I)** Cronograma Físico-Financeiro.

Os documentos técnicos referentes ao LOTE 03 poderão ser acessados por meio do link abaixo:

<https://drive.google.com/drive/folders/1ZFiatmlo0brYI4dkcDTK8AbTlrBAciOD?usp=sharing>

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90006/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002393-0

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

ANEXO V - DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA – LOTE 04

Integram o presente lote os seguintes documentos técnicos:

- A)** Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- B)** Matriz de Risco;
- C)** Memorial Descritivo;
- D)** Memória de Cálculo;
- E)** Planilha Orçamentária;
- F)** Planilha Orçamentária Comparativa;
- G)** Projeto;
- H)** Relatório Fotográfico;
- I)** Cronograma Físico-Financeiro.

Os documentos técnicos referentes ao LOTE 04 poderão ser acessados por meio do link abaixo:

https://drive.google.com/drive/folders/1EE15bL0o5iBmujUeNcoMbC_hWAYIiXEG?usp=sharing

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90006/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002393-0

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

ANEXO VI - DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA – LOTE 05

Integram o presente lote os seguintes documentos técnicos:

- A)** Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- B)** Matriz de Risco;
- C)** Memorial Descritivo;
- D)** Memória de Cálculo;
- E)** Planilha Orçamentária;
- F)** Planilha Orçamentária Comparativa;
- G)** Projeto;
- H)** Relatório Fotográfico;
- I)** Cronograma Físico-Financeiro.

Os documentos técnicos referentes ao LOTE 05 poderão ser acessados por meio do link abaixo:

<https://drive.google.com/drive/folders/1QfHrsCfDasNkHFqtDBGEtwuEsabEuKF4?usp=sharing>

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90006/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002393-0

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

ANEXO VII - DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA – LOTE 06

Integram o presente lote os seguintes documentos técnicos:

- A)** Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- B)** Matriz de Risco;
- C)** Memorial Descritivo;
- D)** Memória de Cálculo;
- E)** Planilha Orçamentária;
- F)** Planilha Orçamentária Comparativa;
- G)** Projeto;
- H)** Relatório Fotográfico;
- I)** Cronograma Físico-Financeiro.

Os documentos técnicos referentes ao LOTE 06 poderão ser acessados por meio do link abaixo:

<https://drive.google.com/drive/folders/1q1DLriZB1PvpMysrLg3B9s28azehtccG?usp=sharing>

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90006/SUB-IP/2026

PROCESSO Nº: 6039.2026/0002393-0

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº PROCESSO: 6039.2026/0002393-0

CONCORRÊNCIA Nº 90006/SUB-IP/2026

OBJETO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

LOTE: XX

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – SUBPREFEITURA IPIRANGA

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

VALOR DO CONTRATO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

DOTAÇÃO A SER ONERADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

NOTA DE EMPENHO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Termo de Contrato que entre si celebram o Município de
São Paulo, por meio da PMSP/SUBPREFEITURA IPIRANGA e
a empresa _____.

O Município de São Paulo, por sua Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, neste ato representada por _____, adiante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa _____, com sede na _____ nº _____, Bairro: _____, Cidade: _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº _____, neste ato representada por seu representante legal _____ (qualificação completa, RG e CPF), adiante simplesmente designada CONTRATADA, nos termos da autorização contida no despacho de fls.____, do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DO CONTRATO

- 1.1** O presente contrato tem por objeto a **Contratação de**
- 1.2** Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviços constantes do Termo de Referência e seus anexos, parte integrante deste edital.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1 A prestação dos serviços será executada

**CLÁUSULA TERCEIRA
DO PRAZO CONTRATUAL**

3.1 O prazo de execução do contrato terá duração de **XX (POR EXTENSO)** contatos a partir da data de assinatura do Termo de contrato.

3.2 O prazo de execução da obra será de até **XX (POR EXTENSO)**, contados da data fixada na Ordem de Início;

3.3 A contratada deverá apresentar à SUBPREFEITURA IPIRANGA - CPO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura deste Contrato, a seguinte documentação necessária à emissão da Ordem de Início:

- a) Comprovação da Matrícula da Obra no INSS; e
- b) Cópia da apólice dos seguintes seguros, que deverão ser mantidos durante todo o período de execução da obra:
 - Risco de responsabilidade civil do construtor;
 - Contra acidentes de trabalho;
 - Riscos diversos de acidentes físicos da obra, além de outros exigidos pela legislação pertinente.

3.4 A CONTRATADA se compromete a apresentar a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica referente ao objeto a ser executado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da Ordem de Início, junto a CPO.

3.4.1 O atraso na entrega do presente documento ensejará multa, conforme o item 10.2.1 do presente instrumento.

3.5 O presente instrumento poderá ser prorrogado, desde que haja concordância das partes e seja observado o disposto do art. 113 da Lei 14.133/2.021.

**CLÁUSULA QUARTA
DO PREÇO, DOTAÇÃO, ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE.**

4.1 O valor total estimado da presente contratação para o período de XXX (XXXXXX) dias é de R\$ (_____).

4.2 Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

4.3 Para fazer às despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho nº, no valor de R\$(.),
onerando a dotação orçamentária nºdo orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade
orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.

4.4 Os preços contratuais serão reajustados, observada a **periodicidade anual** que terá como termo inicial a data do orçamento estimado, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.

4.4.1 O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, válido no momento da aplicação do reajuste, nos termos da Portaria SF n.º 389/17, bem como Decreto Municipal nº 57.580/17.

4.4.1.1 Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.4.2 Fica vedado qualquer novo reajuste pelo prazo de 1 (um) ano.

4.5 Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

4.6 As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.7 **(quando for o caso)** As partes contratantes, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, mediante a alocação do risco à parte, com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do **Anexo IB**.

4.8 Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais e/ou municipais que as autorizem.

CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 São obrigações da CONTRATADA:

A) Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a Contratante pela fiel e integral realização dos serviços contratados;

B) Garantir total qualidade dos serviços contratados;

C) Executar todos os serviços objeto do presente contrato, obedecendo as especificações e obrigações descritas no Termo de Referência e seus anexos do Edital de Licitação, que precedeu este ajuste e faz parte integrante do presente instrumento;

D) Fornecer mão de obra necessária, devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;

E) Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados, quando for o caso, que participem da execução do objeto

contratual;

F) Enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual;

G) Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução dos serviços, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;

H) Responder por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, fiscal, administrativa, civil e comercial, resultantes da prestação dos serviços;

I) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

J) Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, à CONTRATANTE ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;

K) Manter, durante o prazo de execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2 A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo, o objeto do contrato, a terceiros, sob pena de rescisão.

5.2.1 A subcontratação parcial do objeto, poderá ser autorizada pela fiscalização do contrato, quando devidamente motivada pela contratada, até o limite máximo de 30% (trinta por cento) do objeto, devendo observar as normas previstas no art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2.021.

5.3 (quando for o caso) A Contratada deverá no prazo de 6 (seis) meses implantar programa de integridade, conforme estabelece o § 4º, Art. 25 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência e seus anexos do Edital, cabendo-lhe especialmente:

A) Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;

B) Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

C) Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;

D) Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal, nos termos do Decreto Municipal nº 62.100/2022, para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra, acompanhando a

sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção e etc., realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela contratada e efetivando avaliação periódica;

- E)** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- F)** Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;
- G)** Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;
- H)** Exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;
- I)** Atestar mensalmente a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal/Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;
- J)** Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da contratada que estiver sem crachá, que embaraçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, bem assim a substituição de equipamentos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.
- K)** Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- L)** Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- M)** Eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado, serão respondidos no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, conforme previsto na alínea anterior.

6.2 A fiscalização dos serviços pelo Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

6.3 A Contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos equipamentos e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital/contrato.

CLÁUSULA SETIMA DO PAGAMENTO

7.1 Para fins de liquidação e pagamento será considerado o disposto na **Portaria SF 275/2024** ou alterações posteriores e legislação vigente.

7.1.2 O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura.

7.1.3 Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7.1.4 Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012.

7.2 Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da Contratada, inclusive os decorrentes de multas.

7.2.1 No caso de prestadores de serviço com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas Fora do Município, da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos da Lei Municipal nº 13.701/2003, Decreto Municipal nº 53.151/2012 e da Portaria SF nº 124/2022.

7.2.2 Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, nos termos da Lei Municipal nº 13.701/2003, Decreto Municipal nº 53.151/2012 e da Portaria SF nº 124/2022.

7.3 Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.

7.4 A Contratada deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

A) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;

B) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND –

i. ou outra equivalente na forma da lei;

C) Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de São Paulo;

D) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

E) Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;

F) Folha de Medição dos Serviços;

G) Relação atualizada dos empregados vinculados à execução contratual;

H) Folha de frequência dos empregados vinculados à execução contratual;

I) Folha de pagamento dos empregados vinculados à execução do contrato;

J) Cópia do Protocolo de envio de arquivos, emitido pela conectividade social (GFIP/SEFIP);

K) Cópia da Relação dos Trabalhadores constantes do arquivo SEFIP do mês anterior ao pedido de pagamento;

L) Cópia da Guia quitada do INSS (GPS), correspondente ao mês da última fatura

vencida;

M) Cópia da Guia quitada do FGTS (GRF), correspondente ao mês da última fatura vencida.

N) Declaração de utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, quando esta for a hipótese, acompanhada das respectivas notas fiscais de sua aquisição;

O) no caso de utilização de produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa, deverão ser entregues ao contratante os seguintes documentos:

- notas fiscais de aquisição destes produtos e subprodutos.
- original da 1ª (primeira) via da Autorização de Transporte de Produtos Florestais – ATPF, expedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, mantendo arquivada na empresa cópia autenticada deste documento.
- comprovante de que o fornecedor dos produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa encontra-se cadastrado no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

P) No caso de utilização de produtos de empreendimentos minerários, nos termos do Decreto nº 48.184, de 13 de março de 2007, deverão ser entregues ao contratante os seguintes documentos:

- notas fiscais de aquisição desses produtos;
- na hipótese de o volume dos produtos minerários ultrapassar 3m³ (três metros cúbicos), cópia da última Licença de Operação do empreendimento responsável pela extração dos produtos de mineração, emitida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, quando localizado no Estado de São Paulo, ou de documento equivalente, emitido por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, no caso de empreendimentos localizados em outro Estado;

7.4.1 Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

7.5 Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

7.6 A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no subitem 7.6.1 não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.

7.7 O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.

7.8 Por ocasião de cada pagamento, haverá retenções na fonte do Imposto sobre a Renda (IR), para fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, na forma estabelecida na IN RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, atualizada pela IN RFB nº 2.145, de 27 de junho de 2023.

7.9 Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

**CLÁUSULA OITAVA
DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO**

8.1 O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022 e das demais normas complementares aplicáveis

8.2 O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 124 da Lei Federal 14.133/21.

8.3 A CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.

8.4 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

8.5 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

8.6 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.7 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**CLÁUSULA NONA
DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

9.1 A execução dos serviços será feita conforme o Termo de Referência e demais anexos do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.

9.2 A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Sétima.

9.2.1 A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal nº 62.100/2022.

9.3 O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas municipais pertinentes.

9.4 Em atendimento ao art. 92, inciso XIII, da LF nº 14.133/21 e em conformidade com o art. 618 do Cód. Civil Brasileiro, a CONTRATADA responderá pelo prazo de cinco anos, a contar da data do recebimento definitivo da obra, pela solidez e segurança do objeto entregue.

9.5 O objeto contratual será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela Contratada, sendo tal relatório submetido à fiscalização da Contratante, que, após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de fatura ou nota-fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho, para fins de pagamento.

9.6 Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da

importância mensal devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.

9.6.1 O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Anexo I, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS PENALIDADES

10.1 Com fundamento no artigo 156, incisos I a IV, da Lei nº 14.133/21, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas no item 10.2, com as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar; ou
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

10.1.1 Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando for o caso, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.1.2 A falha na execução do contrato, para fins de aplicação do quanto previsto no item 10.1, estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a Tabela 1 deste item, e alcançar o total de 100 (cem) pontos, cumulativamente.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

10.1.2.1 Os pontos serão computados a partir da aplicação da penalidade, com prazo de depuração de 3 (meses) meses.

10.1.2.2 Sendo a infração objeto de recurso administrativo, os pontos correspondentes ficarão suspensos até o seu julgamento e, sendo mantida a penalidade, serão computados, observado o prazo de 3 (três) meses, a contar da data da aplicação da penalidade.

10.2 A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:

10.2.1 Multa 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o máximo de 10 (dez) dias.

10.2.1.1 No caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da contratante, a rescisão contratual, por culpa da contratada, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com o município de São Paulo, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.2.2 Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com o município de São Paulo, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.2.3 Multa por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com o município de São Paulo, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.2.4 Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor mensal do contrato
2	0,4% do valor mensal do contrato
3	0,8% do valor mensal do contrato
4	1,6% do valor mensal do contrato
5	3,2% do valor mensal do contrato
6	4,0% do valor mensal do contrato

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
2	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por tarefa designada
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência

4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
---	---	---	----------------

Para os itens a seguir, deixar de:

5	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
7	Efetuar o pagamento de salário, vale-transporte, vale-refeição, seguro, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	6	Por mês
8	Efetuar os recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS.	6	Por mês
9	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
10	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços ou em outro definido pela Administração.	1	Por ocorrência e por dia
11	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na cláusula referente às condições de pagamento.	1	Por ocorrência e por dia

12	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
13	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência

14	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas	1	Por item e por ocorrência
15	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	2	Por item e por ocorrência
16	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 48 horas, contadas da comunicação da contratante.	2	Por dia
17	Providenciar a manutenção para solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade na execução contratual.	4	Por ocorrência

10.2.4.1 A Contratante, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), em advertência, uma única vez a cada 6 (seis) meses, a contar da data da conversão da aplicação da penalidade, mantendo-se o cômputo de pontos.

10.2.5 Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento do gestor do contrato uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, tais como salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, entre outros, previstos em lei ou instrumento normativo da categoria e constantes na planilha de composição de custo, caberá a autoridade apurá-la e, se o caso, garantido o contraditório, aplicar à contratada multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela não executada, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, o contrato será rescindido.

10.2.5.1 A aplicação da multa não ilide a aplicação das demais sanções previstas no item 10.1, independentemente da ocorrência de prejuízo decorrente da descontinuidade da prestação de serviço imposto à Administração.

10.2.6 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

10.2.6.1 Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.

10.2.7 Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.

10.2.8 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

10.2.9 Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

10.3 Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

10.4 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.

10.5.1 No ato do oferecimento de recurso deverá ser recolhido o preço público devido, nos termos do que dispõe o artigo 17 do Decreto nº 51.714/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA GARANTIA

11.1 Para execução deste contrato, apresentou-se documento comprobatório da garantia sob o nº no valor de R\$, correspondente ao importe de... do valor total do contrato, sob a modalidade . . . , nos termos do artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, observado o quanto disposto na Portaria SF nº 76/2019.

11.1.1 Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.

11.1.1.1 O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade estabelecida na cláusula 10.2.1 deste contrato.

11.1.2 A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM, e/ou de multas aplicadas à empresa contratada.

11.1.3 A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM.

11.1.4 A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no artigo 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

11.2 A validade da garantia prestada, em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ter validade mínima de 270 (duzentos e setenta) dias, além do prazo estimado para encerramento do contrato, por força da Orientação Normativa nº 2/2012 da PGM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

12.2 Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

12.3 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

12.4 Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

12.5 A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.

12.6 A Contratada deverá comunicar a Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.7 No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos pelo item 12.4 do edital.

12.8 Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da contratada e a ata da sessão pública da Concorrência nº XXX/SUB-IP/2025 sob documento SEI nº ____ e ____ do processo administrativo nº
.....

12.9 O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a o Decreto Municipal n.º 62.100/22, Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

12.10 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DO FORO**

13.1 Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

São Paulo, dd de mmm de aaaa.

Prefeitura do Município de São Paulo CONTRATANTE

CONTRATADA

Nome:

RG:

Cargo:

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90006/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002393-0

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

ANEXO IX – PROPOSTA COMERCIAL – LOTE Nº ____
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A empresa _____, estabelecida na _____, telefone: _____, e-mail: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, apresenta proposta comercial para execução do objeto referente ao **LOTE Nº ____**, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Valor total de custos básicos: R\$ _____ (POR EXTENSO)

Valor total do BDI: R\$ R\$ _____ (POR EXTENSO)

Valor total: R\$ R\$ _____ (POR EXTENSO)

Data Base: SIURB Jan/2026

1. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
2. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todos os itens e condições do EDITAL e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 62.100/2022 e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
3. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de prestar o serviço licitado, nos exatos termos da especificação contida no Termo de Referência e Memorial Descritivo deste Edital, independentemente de demais compromissos porventura anteriormente firmados, inclusive no que tange à disponibilização de mão de obra.

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de realização da sessão de abertura da licitação.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 202__.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90006/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002393-0

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS ANEXOS DESTES EDITAL.

ANEXO IX – B DEMONSTRAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE BDI - LOTE Nº__
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

BDI - SEM DESONERAÇÃO			
PROJETOS			
ESCRITÓRIO CENTRAL	12,72%	1,1272
LUCRO BRUTO	8,00%	1,2173
IMPOSTOS:			
COFINS	3,00%		
PIS	0,65%		
ISS	5,00%	1,3326
BDI – ESTRUTURA			

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90006/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002393-0

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

ANEXO X – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A empresa (razão social da licitante) _____ sediada no (endereço completo, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade R.G. nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA** sob as penas da lei que atende o disposto no artigo 14, da Lei Federal nº 14.133/2021 e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

ANEXO XI – CARTA DE CREDENCIAMENTO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A empresa (razão social da licitante) _____ sediada no (endereço completo) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade R.G. nº _____ e do CPF nº _____, CREDENCIA o(a) Sr.(a) R.G. nº _____, maior de 18 anos de idade, brasileiro, domiciliado na (endereço completo), para representá-la na licitação em referência, promovida pela SUBPREFEITURA IPIRANGA, podendo para tanto oferecer lances, interpor e desistir de recursos, tomar ciência e receber notificações, transacionar, assinar ou declinar de assinar, atos e documentos.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90006/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002393-0

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS ANEXOS DESTES EDITAL.

ANEXO XII – DECLARAÇÃO DE VISTORIA - LOTE Nº ____
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, na qualidade de responsável técnico da empresa _____, DECLARO, para os devidos fins de direito e sob as penas da lei, que realizei visita técnica no local de execução referente ao LOTE Nº ____, com a finalidade de obter pleno conhecimento das condições necessárias à execução dos serviços, incluindo características físicas, condições de acesso, peculiaridades do local e demais informações relevantes à formulação da proposta comercial.

Declaro, ainda, estar ciente de todas as condições de execução do objeto, não podendo alegar posteriormente desconhecimento de quaisquer elementos necessários ao cumprimento das obrigações contratuais.

Acompanha a presente declaração:

1. Relatório Fotográfico emitido conforme disposições do Edital item 10;
2. Cópia do registro profissional válido junto ao CREA ou CAU do responsável técnico.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90006/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002393-0

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS ANEXOS DESTES EDITAL.

ANEXO XIII – DECLARAÇÃO AUSÊNCIA DE VISTORIA – LOTE Nº ____
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____ e
CPF nº _____, na qualidade de responsável técnico da empresa
_____, DECLARO, para os devidos fins de direito e sob as
penas da lei, que a empresa optou pela não realização da vistoria técnica referente ao LOTE Nº ____
da presente licitação.

Declaro, ainda, que a empresa possui pleno conhecimento das condições locais, características técnicas, condições de acesso, peculiaridades do local de execução e do escopo contratual, assumindo integral responsabilidade pela formulação da proposta comercial e futura execução dos serviços.

Por fim, DECLARO estar ciente de que não serão aceitas alegações futuras de desconhecimento das condições do local, dificuldades operacionais, condições de acesso ou quaisquer outros elementos relacionados ao objeto licitado como fundamento para solicitação de reequilíbrio, aditamento contratual, prorrogação de prazo ou descumprimento das obrigações assumidas.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90006/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002393-0

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

**ANEXO XIV– DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS COM A
FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90006/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002393-0

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

ANEXO X – DECLARAÇÃO GERAL
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A empresa _____, inscrita no C.N.P.J. nº _____, com sede na _____, no _____ Bairro _____ Cidade _____ - UF _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF no _____

DECLARA:

1. para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz
2. que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
3. que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
4. que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
5. que estão cientes das normativas previstas no art. 45 da Lei nº 14.133/2021.
6. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
7. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.
8. na composição societária não existe participação de dirigente e/ou empregados da entidade promotora da licitação.
9. os profissionais vinculados a ela não participaram e não possuem responsabilidade pela elaboração dos projetos;
10. que dispor, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.
11. Declaração que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90006/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002393-0

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS ANEXOS DESTA EDITAL.

ANEXO XVI – CRITÉRIOS DE ANÁLISE ECONÔMICA - FINANCEIRA
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Índice de Liquidez Geral (LG):	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável à Longo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	≥ 1
Índice de Liquidez Corrente (LC):	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	≥ 1
Índice de Solvência Geral (ISG):	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	≥ 1

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

(nome completo, CRC do contador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90006/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002393-0

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

ANEXO XVII – DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO – LOTE Nº ____
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A empresa _____, inscrita no C.N.P.J. nº _____, com sede na _____, no _____ Bairro _____ Cidade _____ - UF _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, neste ato RELACIONA os técnicos que ficarão vinculados a execução do objeto em questão, bem como, informa estar ciente de que, em caso de necessidade de substituição de referidos profissionais, estará obrigada a substituí-los por profissionais de experiência equivalente ou superior, nos termos do § 6º do artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

NOME	MODALIDADE	CREA e/ou número de inscrição no Conselho competente

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90006/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002393-0

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS ANEXOS DESTES EDITAL.

**ANEXO XVIII – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE AMBIENTAL,
CONFORME DECRETO 50.977/09
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

Em conformidade com o disposto no artigo 5º do Decreto no 50.977, de 6 de novembro de 2009, que estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa nas contratações de obras e serviços de engenharia e nas compras públicas realizadas pela Administração Pública Municipal Direta e Indireta, bem como institui a exigência de cadastramento no CADMADEIRA, criado pelo Decreto Estadual nº 53.047, de 2 de junho de 2008: Eu, _____, RG _____, legalmente nomeado representante da empresa _____, CNPJ _____, e vencedor do procedimento licitatório nº xx/SUB-IP/2025, na modalidade CONCORRÊNCIA, declaro, sob as penas da lei, que, para a execução da (s) obra(s) e serviço(s) de engenharia objeto da referida licitação, somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que tenha procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, com comprovantes da legalidade da madeira, tais como: Documentos de Origem Florestal, Guias Florestais ou outros eventualmente criados para o controle de produtos e subprodutos florestais, bem como comprovante de inscrição no CADMADEIRA – Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que comercializam, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos de origem nativa da flora brasileira, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.047, de 2 de junho de 2008, ficando sujeito às penalidades administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e no inciso V do § 8º do artigo 72 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo das sanções penais previstas em lei.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90006/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002393-0

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS ANEXOS DESTES EDITAL.

ANEXO XIX – DECLARAÇÃO DO COMPROMISSO DE FORNECIMENTO OU DE UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS DE EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS, CONFORME DECRETO 48.184/07
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Em conformidade com o disposto no artigo 5º do Decreto nº 48.184, de 13 de Março de 2.007, que estabelece procedimentos de controle ambiental para a aquisição de produtos de empreendimentos minerários e sua utilização em obras e serviços de engenharia contratados pelo Município de São Paulo: Eu, _____, portador do RG nº _____, CPF nº _____, legalmente nomeado representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, n.º _____, Bairro _____, CEP _____, Município de _____, Estado _____, telefone: () _____ - _____ vencedora do procedimento licitatório acima identificado, declaro por ela, sob as penas da lei, que para a execução da(s) obra(s) e serviço(s) de engenharia objeto da referida licitação, somente serão fornecidos e/ou utilizados produtos de empreendimentos minerários devidamente licenciados, por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente -SISNAMA, ficando sujeito às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e no inciso V do § 8º do artigo 72 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo das implicações de ordem criminal estabelecidas em lei.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90006/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002393-0

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

ANEXO XX – DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA – LOTE Nº__
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ **DECLARA** para fins de prova da qualificação técnica-profissional no âmbito da presente licitação, que o profissional abaixo relacionado integrará _____ a equipe técnica desta empresa, sendo contratado para a prestação de serviços de _____.

NOME DO PROFISSIONAL	VÍNCULO PROFISSIONAL

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

Eu, (profissional a ser contratado), registrado no CREA sob nº _____, **DECLARO** estar de pleno acordo com a contratação relacionada neste documento e que executarei todos os serviços estritamente conforme o estipulado no edital da presente licitação e seus anexos, bem como me responsabilizo pela execução dos serviços e em assinar o respectivo livro de ordem e mantê-lo em conformidade às normas do Conselho ao qual estou submetido.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90006/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002393-0

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS NOS LOTES 01, 02, 03, 04, 05 E 06, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS ANEXOS DESTES EDITAIS.

ANEXO XXI – MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A empresa _____, com sede na _____, nº _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº _____, **DECLARA**, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de _____ (microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa), não havendo fatos supervenientes que conduzam ao seu desequilíbrio, **DECLARANDO AINDA:**

1) que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto Municipal nº 56.475/2015, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus artigos 42 a 49;

2) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos nos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21, quando limita a obtenção dos benefícios às empresas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)